

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 108.^a Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)
Realizada em 14 de Julho de 1971
(Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Padel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciaro Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Willson Brandão e Xenofonte Villanueva (46); achando-se ausente o sr. deputado Fabiano Brága Côrtes (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de regozijo, pela passagem da emancipação política do município de Iratí, que transcorrerá em data de amanhã.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — João Mansur

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado requer, na forma regimental, que se oficie ao exmo. sr. Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de estabelecer con-

tatos com o exmo. sr. Presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel, a fim de urgenciar a instalação de uma refinaria de Petróleo no Paraná, conforme entrevista e promessa feita à imprensa nacional pelo titular daquela empresa estatal em abril do corrente.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Nelson Buffara

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o plenário, que a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa faça um apelo ao Senhor Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social — I.N.P.S. — no sentido de que se faça a instalação, na cidade de Pato Branco, da agência daquela entidade, que já foi criada legalmente há mais de quatro anos.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçado veemente apelo ao exmo. sr. Presidente da República, general Emílio Garrastazú Médici, no sentido de determinar fiel cumprimento ao Decreto Presidencial de n.º 684-71, de 5 de abril do ano em curso, através do qual ficou confiscada uma área de 25.237 hectares, da Fazenda Morungava, no município e Comarca de Sengés, neste Estado.

O presente apelo encontra sua razão no fato de que, até o presente, o órgão executor da decisão do Executivo nacional não realizou a demarcação da aludida área, com isto trazendo, como é natural, não só intranquilidades aquêles que ela objetivou proteger, como não permitindo que os trabalhos sejam exercitados, uma vez que a falta de indicação do local confiscado implica em receios de perda de atividades, posto que poderia excepcionalmente coincidir com as terras escolhidas para exploração agrícola.

Confia, o requerente, assim, no alto e indesmentível espírito patriótico do Chefe da Nação, quem já deu mostras sobejas do seu espírito de Justiça e de amor aos interesses pátrios.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Francisco Escorsin

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 144-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente Projeto de Lei, decorre que, no corrente ano letivo de 1971, no Distrito de Braganey, funciona uma extensão do Ginásio Estadual "Amâncio Moro", de Corbélia, com parte administrativa e, em duas turmas da primeira série, estudam 59 (cinquenta e nove) alunos.

Esta nossa solicitação se prende ao fato da dificuldade que passa a Direção do Ginásio Estadual "Amâncio Moro" em atender essa extensão, devido à distância entre a sede do Município do Distrito supracitado ser de 38 (trinta e oito) quilômetros.

Estas são as razões que nos levaram à apresentação deste Plano de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 145-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal Colegial Estadual no município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente Projeto de Lei decorre de que, no final do ano letivo de 1971, concluirão o curso ginasial mais de 70 (setenta) alunos, os quais não poderão continuar seus estudos por falta de escolas de 2.º ciclo.

Nova Aurora é um dos municípios mais carentes e professores habilitados; porém, existe na localidade, além dos atuais ginasianos, mais de trinta (trinta) pessoas interessadas em cursar o Normal.

Estas são as razões que nos levaram à apresentação deste Projeto de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres Pares.

modifique a distribuição das regiões de nosso Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI N. 146-71

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Bairro Rio da Areia, da sede do Município de União da Vitória, um Ginásio Estadual para funcionar no Grupo Escolar Astolfo Macedo de Souza, a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Domício Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Plano de Lei dotar um populoso bairro da cidade de União da Vitória, de melhores condições à população estudantil que se resente do número de vagas insuficientes para prosseguir seus estudos.

Trata-se, por outro lado, de zona eminentemente industrial, o que por si só justifica a apresentação deste Projeto de Lei, pois é justamente às classes mais humildes do povo que o Estado deve dirigir com mais cuidado a sua atenção.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio, e, no final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 148-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. I — Fica o poder Executivo estadual autorizado a delegar poderes

à FUNDEFAR para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio escolar para o "Grupo Escolar de Copacabana do Norte, Distrito do citado Município, de alvenaria, com oito (8) salas de aula, e duas outras, destinadas a sua Diretoria e Secretaria.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

O objeto do presente Projeto de Lei é atender, com inteira justiça, antigo reclamo de uma coletividade que constata, de há muito, com natural consternamento, suas crianças carentes de ensino, em local adequado, e que valha como um anúncio do interesse governamental em irradiar seus benefícios, atento às suas metas de prestigiamento das esperanças de nossa juventude. Em verdade, o supra citado Grupo Escolar está instalado em velho e comprometido prédio de madeira, apresentando péssimas condições de real e desejado aproveitamento para os fins a que se destina. Convém consignar também, que convênio das mesmas características do ora reivindicado, foi firmado com a Prefeitura Municipal de Floresta.

PROJETO DE LEI N. 149-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 356, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 356 — O pagamento do salário-família, na forma prevista pelo art. 196 e seu parágrafo único, é extensivo ao cônjuge e demais dependentes do servidor falecido anteriormente à vigência desta Lei, não se computando parcelas atrasadas".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) — Ivo Tomazoni

JUSTIFICAÇÃO:

O Projeto visa retificar o mencionado dispositivo, apenas para precisar a referência ao artigo do Estatuto correspondente ao salário-família, que é o de n.º 196 e parágrafo, e não como consta da Lei.
Rosário Pitelli.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados. A nossa presença na Tribuna, na tarde de hoje, é mais uma vez para lembrar aos srs. Deputados a inauguração da Companhia Iguaçu de Café Solúvel, no próximo sábado, em Cornélio Procopio.

Eu gostaria que os srs. Deputados estivessem presentes na cidade de Cornélio Procopio, no próximo sábado porque, com as autoridades, principalmente ligadas ao comércio cafeeiro estando presentes naquela cidade, os srs. Deputados poderiam ter um contacto maior para se resolver o problema, para se achar uma solução mais rápida para o problema que vem sendo aqui tão bem defendido, brilhantemente defendido pelos srs. Deputados.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Um ótimo café, aliás, o melhor café solúvel do mundo, o café Iguaçu.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Ainda gostaríamos de dizer que, por indicação do nobre deputado Pinto Dias, na sessão de ontem, apontaria ele ainda a sua solução, de que esta Assembleia poderia mandar uma Comissão

de Deputados, para tratar com o Presidente da República e com o Ministro da Fazenda, pedindo uma prorrogação das dívidas dos lavradores para com o Banco do Brasil.

E, para conhecimento dos srs. Deputados, citarei aqui as autoridades que estarão presentes e cujas presenças já foram confirmadas:

Estarão presentes em Cornélio Procopio, S. Exa. o sr. Governador do Estado do Paraná, Haroldo Leon Peres; S. Exa. o sr. Governador do Estado de São Paulo, Lauro Natel;

S. Exa. o sr. Ministro da Agricultura, Cirne Lima, representando o sr. Presidente da República;

S. Exa. o sr. Ministro da Fazenda, Delfim Neto;

S. Exa. o sr. Ministro da Indústria e Comércio, Marcos Vinicius Prati de Moraes;

S. Exa. o sr. Presidente do IBC, Marcos Penteado Faria e Silva.

Quase todos os srs. Secretários de Estado; Deputados Estaduais e Federais, o Diretor Financeiro da Petrobrás, além de representantes de países estrangeiros e diretores de diversos Bancos brasileiros.

A razão da nossa presença hoje nesta Tribuna, é para lembrar aos srs. Deputados, e dizer aqui nesta Tribuna do programa a ser elaborado no próximo sábado:

As 10,30 horas, chegada das autoridades;

As 11,00 horas, inauguração da fábrica;

As 11,30, visita à indústria de café solúvel;

As 12,00 horas, "Cocktail", churrasco e banquete às autoridades.

Eram estas, sr. Presidente, srs. Deputados, as nossas considerações, a respeito da inauguração da Companhia Iguaçu de Café Solúvel, de Cornélio Procopio, à qual queremos ter a honra de contar com a presença dos srs. Deputados.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Faço uso da Tribuna, nesta tarde, para dirigir os nossos agradecimentos, em nome da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, à "Fôlha de Londrina", pela cobertura que nos foi dada naquela campanha que reuniu todos os Prefeitos do Vale do Ivaí, para abertura de uma estrada que liga Jandaia do Sul a Barbosa Ferraz. Estrada essa que vai beneficiar diretamente vários municípios, eliminando, talvez, cinco balsas.

Quando os Prefeitos se reunirem-se em Jandaia do Sul, com ampla divulgação da "Fôlha de Londrina", nós tivemos a presença do Diretor do DER.

Agradecemos a compreensão de S. Exa. o sr. Governador do Estado, bem como a dos Diretores Técnico e Administrativo do DER para com o estudo que fizemos, pois já está concluído o projeto para início da construção dessa estrada, tendo participação dos Prefeitos da região, na execução desse trecho e da ponte que será construída pelo Governo do Estado.

Quero também agradecer a divulgação que vem sendo dada, também, pela "Fôlha de Londrina" ao movimento que fazemos para que a SUDESUL

A SUDESUL preparou, no Rio Grande do Sul, um estudo que dividia nosso Estado em várias regiões, participando de uma determinada região, municípios de economia diferentes. O que era um absurdo. E para esse caso tivemos a maior boa vontade do delegado Raul Serra, que está procurando provar à SUDESUL, que essa divisão é impraticável. E também estamos recebendo cobertura da "Fôlha de Londrina", porque não se compreende uma associação de municípios de economia diferente.

Quero, nesta oportunidade, apresentar um Projeto de Lei que autoriza a

transferência para o DER, de um projeto de 50 Km. da estrada que liga São Pedro do Ivaí a Placa Luar, vindo atender uma rica região produtora.

O projeto está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

"Projeto de Lei n. 147-71

A. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga São Pedro do Ivaí ao lugar denominado Placa Luar, numa extensão de 50 quilômetros, passando Porto São João, São João do Ivaí e Lunardelli.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Plano de Lei dar melhor condições de tráfego a uma estrada que serve a uma rica e progressista região, e consequente escoamento, principalmente das abundantes safras de feijão produzidas pelo Município de São João do Ivaí.

Além do mais, justifica-se plenamente, a apresentação do presente Projeto, tendo em vista que referida estrada, com os trabalhos a serem realizados, terá sua ligação com a PR-272, o que é altamente significativo para os Municípios já evidenciados e que compoem aquela região.

Nestas condições, apresentamos a Proposição em tela à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o apoio indispensável".

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Sebastião Rodrigues.

Não se encontrando presente o sr. deputado Sebastião Rodrigues, concedo a palavra ao sr. deputado Maurício Fruet, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos hoje encaminhando à douta Comissão Executiva, para as devidas providências, sugestão dirigida ao sr. Governador do Estado, pedindo a regulamentação legislativa atinente à Lei Complementar n. 8, que institui o programa da formação do patrimônio do servidor público e deste Legislativo. Pretende o Plano de Lei federal que, a partir de 1.º do mês corrente, deveria ser recolhido 1% da receita arrecadada, e o Executivo está atrasando o que visa beneficiar a classe funcional do Estado do Paraná.

Em anexo, juntamos a Resolução n. 183 do Banco Central do Brasil, firmada pelo sr. Ernani Gouveia, que aprova e regulamenta as atividades do programa da formação do patrimônio do servidor público, com relação à forma pela qual o Estado deve recolher esse tributo o Banco do Brasil, e também estamos anexando fotocopia do Diário Oficial da União, de 18 de junho de 1970, em que está publicada a Lei Complementar n. 8, de dezembro de 1970, que institui o programa de formação do patrimônio do servidor público e dá outras providências.

Meus eminentes Pares sabem perfeitamente que o patrimônio do servidor público do Estado, a formação desse patrimônio, é da mais alta importância, e é claro que trará grandes vantagens para o funcionalismo público, das companhias mistas, autarquias e Assembléia Legislativa.

Porque durante o ano corrente, a partir de 1.º deste mês, 1% do total arrecadado pelo Estado, efetivamente, e de acordo com a disciplinação da Lei, será revertido em benefício e em depósito no Banco do Brasil, aos funcionários públicos do Estado e, desta forma, ao final do ano, se for o caso, ou em outra oportunidade, o funcionário público pode usar essa importância em seu próprio proveito.

Agora, o que não entendemos, volto a repetir, é que até agora não tenha vindo a esta Casa nem notícia com relação à legislação necessária, determinada pela própria lei complementar. A medida é urgente e, a partir deste mês, o Estado tem por obrigação recolher esse tributo de 1% no Banco do Brasil.

Estas as observações, e é com satisfação que encaminho à Mesa o presente requerimento. (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao governador Haroldo Leon Peres, o envio, com a maior brevidade possível, da regulamentação legislativa atinente à Lei Complementar n. 8, de 3 de dezembro de 1970, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, a este Legislativo.

Como se recorda, reza aquêle plano de lei federal que, a partir de 1.º do corrente, já deveriam estar sendo recolhidos os 1% das receitas correntes efetivamente arrecadadas, a não regulamentação até agora por parte do Executivo, está atrasando a medida que visa o benefício da classe funcional pública.

Afora a própria Lei Complementar n. 8, está anexo a este Requerimento a Resolução n. 183 do Banco Central, com o regulamento do Programa citado, que poderá melhor ilustrar a razão deste nosso Plano de Lei.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(a) Maurício Fruct”

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Antônio Belinati. (Pausa). Não se encontrando presente o sr. deputado Antônio Belinati, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na quinta-feira e na sexta-feira passadas infelizmente não pude comparecer às sessões desta Assembléia, por motivos de força maior e, na sessão de sexta-feira, no Grande Expediente, usou da palavra o 1.º Secretário desta Casa para, segundo as suas palavras, recolocar a verdade nos seus termos reais, e contradizer as afirmações que eu aqui fizera com relação ao episódio vivido pelo Conselho Estadual de Educação deste Estado, ao elaborar, conforme é de sua competência, o Plano de Distribuição de Recursos do Salário Educação, quota estadual. Infelizmente não me encontrava presente àquela sessão, e não pude, por esse fato, imediatamente apartear S. Exa. Retornando esta semana, apenas ontem tive oportunidade de colher as notas taquigráficas desta Casa que contém o discurso daquêle parlamentar e, antes de entrar no assunto que me traz a esta Tribuna, eu desejo fazer um agradecimento aos srs. deputados Erondy Silvério, Nivaldo Krüger e Muggiati Filho, pelos apartes que concederam ao orador daquela ocasião, tentando, na minha ausência, ressaltar em parte a minha dignidade pessoal e a minha atuação como Parlamentar. Desejava não incorrer, sr. Presidente, srs. Deputados, na mesma falta que incorreu o sr. 1.º Secretário, usando da palavra na minha ausência. Inscrevi-me ontem, após ter lido o seu discurso, na esperança de que S. Exa. estivesse neste Plenário. Ao chegar nesta Casa constatei que S. Exa. se encontrava em seu Gabinete de 1.º Secretário desta Casa.

Não sei se S. Exa. lá se encontra até o presente momento; creio que sim, e por esta razão deve estar escutando através do seu sistema de alto falante as finhas palavras, e se desejar contestá-las, poderá aqui subir.

Falo, portanto, nesta esperança de que S. Exa. aqui esteja; se porventura não estiver, ficam antecipadamente as minhas escusas e a minha disposição para o diálogo, para o debate sobre o assunto, quando S. Exa. entender conveniente. O discurso do sr. deputado l.º Secretário desta Casa, pretendo analisá-lo detidamente; as suas palavras textuais, os apartes a que a ele foram concedidos e, no transcorrer desta análise, fazer os comentários que creio de justiça.

Ao iniciar o seu pronunciamento, S. Exa. afirmou ter eu, no discurso, argumentado que o sr. Secretário de Educação e Cultura coagira membros do Conselho Estadual de Educação, e que por esta razão ele viria à Tribuna para corrigir erros existentes naquêle meu pronunciamento, e colocar a verdade nos seus verdadeiros termos.

Reafirmo, sr. Presidente e srs. Deputados, que houve por parte do sr. Secretário de Educação e Cultura, Coronel Haroldo Carvalhido, coação ao Conselho Estadual de Educação e atitude imprevisível daquela autoridade. Evidentemente, não chego ao ponto e seria uma estultice dizer, que houve uma coação física, uma coação violenta, uma coação atroz. Coação todos sabemos que pode ser de duas ordens, de ordem física e de ordem moral. O que significa coação, srs. Deputados? Coação deriva do latim "coatio-có-gere" que significa "constranger". E é assim definida no vocabulário jurídico de Plácido e Silva, às folhas 348.

Coação quer exprimir a ação conduzida por uma pessoa contra outra, ou outras, no sentido de fazer diminuir a sua vontade ou de obstar a que se manifeste livremente, a fim de que o agente da coação logre realizar o ato jurídico de que participa outra pessoa consentindo esta com constrangimento ou com violência. Disse, neste caso, vício de consentimento, porque a pessoa que consentiu sob coação se encontrava sob pressão de violência material ou moral. E somente por este meio se promoveu afirmativamente a manifestação da sua vontade. Afirmei e reafirmo que houve coação no sentido moral, e porque? Porque houve coação no sentido moral?

O decreto n.º 55551, de 12 de fevereiro de 1965, que regulamenta a Lei n.º 4.440 de 27 de outubro de 1964, que institui o Salário Educação e dá outras providências, em seu Artigo 20, diz o seguinte:

"Os recursos de que trata a Letra A do Artigo 15 deste Decreto, serão aplicados nos Estados e no Distrito Federal de acordo com os planos estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Educação. A competência para estabelecer os planos de aplicação de recursos da quota estadual do Salário Educação, assim como da quota federal do Salário Educação, é exclusivamente do Conselho Estadual de Educação, segundo decreto federal que rege a matéria. O Sistema Estadual de Ensino, Lei que rege a atividade e a competência do Conselho Estadual de Educação, para cumprimento das atribuições que lhe são conferidas por esta Lei, e pela Lei federal n.º 4.024, de 1.961, compete; — na letra "g": "Estabelecer, nos termos do artigo 93 da Lei Federal n.º 4.024 de 1961, apenas a aplicação dos recursos estaduais a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal.

Portanto, não paira dúvida com relação à interpretação da Lei; é de competência exclusiva do Conselho Estadual de Educação.

A elaboração do plano de aplicação e de distribuição das quotas estaduais e federal, do Salário Educação, onde, a coação em termos morais, sr. Presidente, srs. Deputados, esta coação no sentido de que o plano aprovado pela resolução 02271, fôsse mudar, iniciou com a convocação, em caráter extraordinário, por parte do sr. Governador do Estado; uma vez feito o plano, aprovado, legitimamente votado pelo Conselho Estadual de Educação, nada mais se tinha a tratar do assunto. Uma vez que é sua competência exclusiva a montagem deste plano de educação. Entretanto, o sr. Secretário de Educação não se convenceu da validade daquele plano de aplicação mantido pelo Conselho, e não se convencendo deixou de homologá-lo.

A homologação do plano de aplicação é um ato de rotina. E algumas

Resoluções do Conselho Estadual devem ser homologadas pelo Secretário de Educação, quando trata de assunto de interesse administrativo direto da Secretaria de Educação. Porisso, a homologação não confere validade à resolução do Conselho. O que confere validade, é a sua consecução legal e a sua publicação no Diário Oficial. O ato homologatório da resolução, conforme o Sistema Estadual de Educação, é apenas para que se tenha certeza, absoluta, de que a autoridade executiva do campo educacional tomou conhecimento da resolução do Conselho Estadual de Educação. Portanto, S. Exa. o sr. Secretário, deveria homologar a resolução; ou, se não quisesse homologar, não poderia tentar a reformulação; e se tentou a reformulação, iniciou a coação moral, através de uma re-convocação do Conselho pela autoridade máxima deste Estado, o sr. Governador do Estado.

Convocando o Conselho, segundo o seu edital de convocação, publicado no Diário Oficial n. 82, de 29 de junho de 1.971, nos seguintes termos: "O Governador do Estado resolve convocar, em caráter extraordinário, o Conselho Estadual de Educação, para o dia 5 de julho de 1.971, a fim de reexaminar a deliberação 022-71, não homologada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, relativo ao Plano de Aplicação dos Recursos oriundos da cota estadual do salário educação, referente ao exercício de 1.971".

Portanto, o constrangimento do Conselho Estadual de Educação, a tentativa de disvirtuar a vontade livre dos Conselheiros, foi iniciado através dessa convocação. Porque, a deliberação, a vontade clara, cristalina, estava na resolução 022-71, exarado pelo Conselho, sem a presença do Secretário de Educação, deliberando livremente, na Câmara de Planejamento e em Plenário, onde se feriram inúmeros debates a respeito do Plano.

O Plano aprovado, finalmente, pelo Conselho de Educação, foi pela diferença de um voto, e voto, prestem atenção, srs. Deputados, do suplente de Conselho, Aristeu da Costa Pinto. Esse suplente, com seu voto, fez com que a Resolução que não agradou o sr. Secretário de Educação fôsse vitoriosa em Plenário do Conselho Estadual de Educação.

Portanto, aqui começou, com a convocação do Conselho para reexaminar um Plano que ele, livremente, havia debatido; livremente havia estudado, inclusive com a presença, na Câmara de Planejamento, dos técnicos da FUNDEPAR, com o levantamento estatístico à mão do Dr. Udo Niemeyer e do Dr. Divonsir Gusso, que estiveram na Câmara de Planejamento. Foram inquiridos pelos Conselheiros, e o Conselho, como é sua faculdade, seu direito e seu dever, montou um plano que entendia ser o melhor. Mas, não agradou o sr. Secretário de Educação e Cultura. E S. Exa. resolveu reformular o Plano, tirando do sr. Governador uma convocação extraordinária para o Conselho.

Ora, os Conselheiros, a maioria deles, moram fora de Curitiba, e retornaram às suas cidades. Receberam um radiograma, como nunca tinham recebido, reconvocando-os para reexaminarem um plano que eles já haviam votado, recentemente.

Começou aqui a coação. Coação não é apenas física, coação é moral, conforme se afirma pelas palavras do tratadista jurídico Carvalho Santos que diz, em "Comentários ao Código Civil Brasileiro", fôlha 355: "Na coação ou violência moral o declarante, seja com o ato, mas ainda assim com certo concurso de inteligência e da vontade".

Embora, srs. Deputados, esta vontade se ache diminuída, na escolha, na liberdade de eleição, qual era a vontade do Conselho? Era o primeiro plano aprovado, e não o segundo, que foi arrancado do Conselho, mediante coação, conforme eu afirmei em meu discurso.

Mas, há ainda mais, srs. Deputados; afirmei também, naquela ocasião, que o sr. conselheiro Aristeu Costa Pinto, suplente da professora Ada Montruchio Gineste, renunciara ao Conselho Estadual de Educação em sinal de protesto e, não desejando participar da segunda votação, da segunda Reso-

lução que lhes foi trazida em mãos, lhes foi encaminhada e foi defendida pessoalmente pelo sr. Secretário de Educação e Cultura. Foi dito desta Tribuna, que esse cidadão, Aristeu Costa Pinto, era um mero suplente do Conselho Estadual de Educação, e que ele havia saído do Conselho, porque a titular do seu lugar, Professora Ada Montruchio Gineste, havia resolvido reassumir seu lugar.

Ótimo, vamos analisar, porque esta é uma parte da coação desse conselheiro. O conselheiro Aristeu Costa Pinto foi convocado pelo Conselho, em razão de uma licença requerida pela Conselheira Ada Montruchio Gineste, por três meses, para que essa professora pudesse, na Secretaria de Educação e Cultura, exercer o cargo que está exercendo, de Diretora do Departamento de Educação. Portanto, suplente do Conselho convocado para seu cargo, exercer com todos os poderes e na plenitude de seus direitos, que são efetivos, face os poderes e direitos dos Conselheiros.

Aristeu Costa Pinto participou da votação da resolução 022-71, contra a vontade do Secretário de Educação, aprovada pela maioria do Conselho.

O Governador convocou o Conselho extraordinariamente. Quando o professor Aristeu Costa Pinto apresentou-se para exercer sua função de Conselheiro, uma vez que estava convocado para tanto, e a licença da professora Ada Montruchio Gineste não estava vencida, ele tomou conhecimento de que aquela professora havia reassumido suas funções do Conselho Estadual de Educação. Portanto, tirando-lhe a oportunidade de defender, no Conselho, o seu ponto de vista, que era a inclusão no plano de mais 4 salas de aula no núcleo habitacional 31 de março, do município de Ponta Grossa. Portanto, impediu-se, com essa atitude, que um Conselheiro participasse da reunião do Conselho. Impediu-se que um homem digno e honrado defendesse Educação e Cultura, que estava de corpo presente a essa reunião. E esse homem, professor Aristeu Costa Pinto, com quem estive hoje pela manhã, em Ponta Grossa, e quem me relatou minuciosamente o que ocorreu no Conselho Estadual de Educação, esse homem citou que o fato da professora Ada Montruchio Gineste ter reassumido sua cadeira, significava, para ele, homem de cabelos brancos e de reputação ilibada e professor emérito, não apenas um desprestigiamento, não apenas uma desconsideração, mas significa, isso sim, que o Governador, representado pelo sr. Secretário de Educação e Cultura, temia que na reunião que haveria para aprovar a outra resolução, emendando a resolução 022-71, o voto dele fosse decisivo, porque na reunião anterior essa resolução foi votada contra a vontade do sr. Secretário de Educação e Cultura, e ganhou essa resolução pelo voto do Conselheiro Aristeu Costa Pinto, que incluiu a obra de Ponta Grossa e São Jorge, no distrito de Antônio Paranhos. E quando se convocou uma reunião extraordinária, em que deveria estar presente o professor Aristeu Costa Pinto, porque a titular da cadeira não havia, por escrito, como tinha pedido licença, renunciado à mesma, e se não havia impedimento legal, havia impedimento moral para participar da reunião, porque como Diretora do Departamento de Educação, executora portanto, das deliberações do Conselho, não poderia e não pode, evidentemente, ser ao mesmo tempo executora, julgadora e normalizadora dos seus atos. Daí veio sua licença e daí assumiu o professor Aristeu Costa Pinto.

Isso foi público no Conselho Estadual de Educação. Todos sentiram a pressão do governo através desse ato de afastamento do professor Aristeu Costa Pinto, a fim de que se pudesse naquela reunião, fazer a vontade do sr. Secretário de Educação e Cultura, não aprovando um plano que pretendesse a construção de obra sediada no núcleo habitacional de 31 de Março.

Esse suplente do Conselho Estadual de Educação, no dia 6 deste mês escreveu duas cartas, uma ao sr. Governador do Estado e outra ao sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação. Dizia que renunciava, portanto, à sua condição de Suplente do Conselho Estadual de Educação, por questões de foro íntimo. Esse homem não desejou, evidentemente,

criar mais atritos, conturbar mais o Conselho, mas a sua renúncia, o seu ato unilateral de vontade, caracterizou um protesto, e este protesto, esta renúncia, levou aos Conselheiros Estaduais de Educação, que participavam já da 2.a reunião a reformular a sua vontade, porque a vontade dos Conselheiros estava emanada na primeira reunião, onde não esteve o sr. Secretário de Educação e Cultura, quando não havia um Decreto do Governador, mas livremente o Conselho decidiu, debateu, houve contagem de votos no Plenário, e a Resolução 022-71 saiu vitoriosa. Depois da convocação pelo Governador do Estado, depois da presença do sr. Secretário de Educação no Conselho, depois da renúncia do suplente de Conselheiro, professor Aristeu Costa Pinto, depois de tudo isto, o Conselho Estadual de Educação, não diria intimidado, mas sentido que de nada valeria mais a sua reação, porque o voto que era decisivo, do Professor Aristeu Costa Pinto, não havia mais em Plenário, uma vez que a Professora Ada Montrucchio Gineste, que faz parte, funciona na equipe administrativa do Secretário de Educação, havia assumido a sua cadeira. Portanto, na contagem de votos não haveria condições de se reformular a vontade do Conselho, revalidando a Resolução 022-71. E por isso, sr. Presidente e srs. Deputados, tal ato passou a coisa morta, e uma nova Resolução surgiu, uma nova resolução surgiu no Conselho Estadual de Educação, de acordo com a vontade do sr. Secretário de Educação, e esta vontade era que no Núcleo Habitacional 31 de Março, de Ponta Grossa, que eu visitei pessoalmente hoje pela manhã, não fossem contruídas as quatro salas de aula, e foi dito neste Plenário, pelo nobre deputado Ivo Tomazoni, que agora isto foi reafirmado pelo deputado Armando Queiroz, em aparte ao deputado Ivo Tomazoni. S. Exa. inclusive relatou uma conversa a três que teve no Gabinete de S. Exa. o sr. Secretário de Educação, com o Presidente do Conselho; foi dito desta Tribuna que o sr. Secretário de Educação desejava a reformulação do Plano, porque Ponta Grossa, pasmem os srs., Ponta Grossa tinha 140 salas de aula ociosas, 140 salas de aula que não estavam sendo usadas em um turno. Eu tive o cuidado, sr. Presidente, de ir a Ponta Grossa hoje pela manhã, de visitar a Inspeção Regional do Ensino, de ir ao Núcleo Habitacional 31 de Março com o Professor Aristeu Costa Pinto, e lá sentir, primeiro, que não é verdade que 140 salas de aula estejam ociosas; inclusive o Inspetor Regional de Ensino, Professor Borel do Vernayia, afirmou: sala ociosa em Ponta Grossa só da meia noite às seis horas da manhã, porque nós damos aulas em todas as salas, de manhã, à tarde e à noite; inclusive muitas escolas em quatro turnos e mais a Prefeitura de Ponta Grossa mantém, no quadro urbano, dentro da cidade de Ponta Grossa, 35 escolas às suas expensas. Portanto, não é verídico que existam 140 salas de aula ociosas. Além disso, em segundo lugar, sr. Presidente, srs. Deputados, estive, como disse, com o ex-Conselheiro Aristeu Costa Pinto, no Núcleo Habitacional 31 de Março; este Núcleo habitacional é constituído de casas populares, mil casas, moram neste núcleo mais de mil famílias, mais de 10 mil pessoas e mais de mil crianças precisando escola. Foi iniciada e está concluída, mas ainda não funcionando, uma escola neste núcleo, não com oito salas de aula, como aqui foi dito pelo Deputado que me contestou os dados que lhe foram concedidos pela Secretaria de Educação e Cultura, que precisa, com urgência, atualizar os seus dados. O grupo lá existente não tem oito salas de aula, tem apenas uma, e o Conselheiro pleiteava a construção de mais quatro, para inteirar 10, porque as seis salas de aula que lá existem não dão nem para começar o ano letivo que vem, porque hoje funcionam em três casas caindo aos pedaços as escolas para aquele núcleo. Argumentou-se ainda sr. Presidente, srs. Deputados, que o sr. Secretário de Educação, perante o Conselho Estadual de Educação, havia tentado, ou desejado, como de fato tentou e desejou, e conseguiu tirar estas salas de aula de Ponta Grossa para construir no Município de Umuarama, que apresenta um índice de escolaridade dos mais altos deste Estado, afirmou que realmente Umuarama pre-

cisava muito mais; porque no Governo passado, não haviam construído nenhuma sala de aula em Umuarama; que durante 4 anos — é textual o que diz o sr. deputado Armando Queiroz, — elementos que diziam que Umuarama é o Município com maior índice de pedido de matrícula, não se construindo nenhuma sala de aula nestes últimos 4 anos. Não é verdade, este Deputado está mal informado, porque aqui está o Deputado de Umuarama, deputado Marciano Baraniuk, com quem em 1968 eu, como Secretário de Educação, e S. Exa. como Prefeito Municipal, inauguramos um prédio escolar que hoje atende à Escola Normal com 6 salas de aula, iniciadas em convênio da Fundepar e Prefeitura Municipal. É claro que há necessidade da construção de salas de aula, no município de Umuarama. Mesmo porque, Umuarama é o município que apresenta, neste Estado, o maior índice de crescimento populacional.

Entretanto, sr. Presidente, srs. Deputados, isto não ilide a necessidade de se construir salas de aula em outros recantos do Estado do Paraná. Como Ponta Grossa, que é uma cidade, um município que está se industrializando, para onde converge a população de grande parte do Estado e de grande parte do País.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero ser útil a V. Exa., enquanto V. Exa. faz uma pausa. Nobre Deputado, quando fui à Tribuna contestar afirmações feitas por V. Exa. nessa Tribuna, eu procurei, seguindo o roteiro de anotações, justificar a atitude de S. Exa. o sr. Secretário de Educação e Cultura, e me ative mais, nobre Deputado, em dois tópicos, que eu considerei como se fôra uma injustiça cometida por V. Exa. contra o Secretário de Educação. Porque afirmava V. Exa. que o professor Haroldo Carvalhido teria, na reunião do Conselho Estadual de Educação realizada no dia 9, procurando coagir os membros daquele Conselho, no sentido de que votassem matéria a gosto do Governo do Estado, contrariando todas as técnicas educacionais, na distribuição de recursos. O outro tópico, nobre Deputado, dizia respeito também à renúncia do professor Aristeu Costa Pinto, do Conselho Estadual de Educação, revoltado que estava com a coação pretendida pelo Secretário de Educação.

Estes dois tópicos eu deixei, quero crer, bem claros. Não houve coação do sr. Secretário de Educação e Cultura. Trago aqui, e se V. Exa. quizer, nós poderemos ouvir, a fita magnética que gravou todos os debates, pronunciamentos e discursos proferidos durante aquela reunião do Conselho. Em que V. Exa. poderá observar e quero crer que V. Exa. tenha sido mal informado ou intencionalmente informado pelo Professor prejudicado que, pretendendo justificar-se, atribuiu ao Secretário de Educação medidas que o sr. Secretário não tomou. Porque aqui no discurso que eu ouvi de S. Exa., o sr. Secretário de Educação, ele entaltece o direito de diálogo e a divergência, dizendo que a divergência surge o esclarecimento. E foi cavalheiro, foi educadíssimo, pretendeu que eles discutissem com toda liberdade a aplicação desses recursos.

Mas, vou mais além, tenho em mãos, assinada pelo sr. Professor Guido Arzua, Presidente do Conselho Estadual de Educação, uma carta dirigida ao Presidente da Assembléia do Estado.

Não vou fazer a leitura aqui, porque eu não quero que V. Exa. me chame de mal educado. Também não permiti, como Primeiro Secretário, que a carta fôsse lida.

O sr. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa., se não fizer a leitura da carta, vai dar a entender coisa pior do que talvez ela contenha. E de gente dessa natureza eu já espero tudo. Portanto, não me constrange que V. Exa. leia a carta do Presidente do Conselho Estadual de Educação.

O sr. Ivo Tomazoni — A carta é um depoimento do Presidente do Con-

selho, em que afirma serem mentirosas as afirmações assacadas, dessa Tribuna, contra o sr. Secretário de Educação.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — É evidente que só poderia fazer isso. Nomeado que foi pelo Secretário de Educação, tem o dever e a obrigação, como já fez em outras oportunidades, de defender o sr. Secretário de Educação.

Seria estranhável que esse homem que conheci como meu professor, inclusive, e que eu propus a nomeação para o Conselho, mas que, como tantos outros que, quando muda o Governo mudam o pensamento, também, agora, tenha mudado.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. vai me perdoar e não considere este aparte um discurso paralelo.

Quanto à renúncia do professor Aristeu Costa Pinto, não foi uma renúncia. O titular voltou a ocupar a cadeira para a qual tinha sido nomeado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Este é o ponto chave. V. Exa. não pegou o início do meu discurso, onde justifico, e V. Exa. terá ocasião de ler as notas taquigráficas, a palavra empregada por mim “como coação do sr. Secretário de Educação e Cultura”.

A professora Ada Montruchio Gínesta, estava licenciada por três meses, para exercer o cargo de Diretora do Departamento de Educação, cargo que exerce ainda. Portanto, não poderia retornar sem uma manifestação oficial, ou pelo menos, um aviso prévio à quêle conselheiro, ela retorna, intempestiva, para que esse Conselheiro não participasse da última reunião do Conselho, porque, participando da anterior, sr. Deputado. — V. Exa. tem as fitas gravadas — haverá de ver que o voto do sr. Aristeu Costa Pinto foi decisivo foi o voto que decidiu pela aprovação da Resolução 022-71, reformada, agora, pela vontade do sr. Secretário de Educação e Cultura.

Então, o fato de um membro da estrutura administrativa da Diretora do Departamento de Educação que, depois do Secretário é uma das pessoas mais importantes na estrutura administrativa dessa Secretaria. E o fato dela retornar ao Conselho para não permitir, com o seu retorno, a participação do seu suplente, esse fato se caracteriza como uma coação moral, por via indireta, sobre o Conselho.

O sr. Ivo Tomazoni — Nobre Deputado, quero agradecer a possibilidade de dialogar com V. Exa., sei que ambos somos civilizados e iremos manter este diálogo.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Gostaria que V. Exa. me informasse o dia que ela reassumiu.

O sr. Ivo Tomazoni — Na sessão do dia 9.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Exatamente na sessão em que se ia votar a resolução. Muita coincidência!

O sr. Ivo Tomazoni — Diz o sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação:

“ Senhor Presidente:

Releve-nos V. Exa. o dirigir-nos a essa respeitável Assembléia Legislativa para fazer reparos a uma informação prestada à Casa pelo deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, cujo teor foi dado a público através da edição de ontem de “O Estado do Paraná”. Ao cuidar de assunto pertinente ao Conselho Estadual de Educação, S. Exa. asseverou que o Colegiado decidiu sob pressão e coação do sr. Secretário de Educação. Além de impropriedade e equívocos na matéria de fato apresentada pelo referido Parlamentar, S. Exa. fez inominável injustiça ao Secretário Haroldo Carvalhido, a par de injuriar o Conselho Estadual de Educação, por si, como órgão, e a cada um dos Conselheiros.

Assim, na qualidade de Presidente do Conselho Estadual de Educação, compete-nos repelir as injúrias de S. Exa., assacadas desde a Tribuna dessa Assembléia Legislativa, e divulgadas na imprensa de Curitiba.

Com efeito, se pressão e coação existira (fato absolutamente inexistente, inverídico, impossível), o Conselho, integrado por quinze professores, lastreados num passado de trabalho, competência profissional e elevado espírito público, saberia como contra-ofender e preservar sem máculas a sua dignidade pessoal que, no conjunto, seria a salvaguarda da independência e dignidade do Conselho.

Rogando, pois, a VOSSA EXCELENCIA, faça chegar ao conhecimento dos ilustres Deputados e a essa Assembléia Legislativa a presente mensagem de esclarecimento e repulsa, necessários para a manutenção do regime de crédito e confiança na pessoa e órgão interessados, antecipamos os nossos agradecimentos e a segurança de especial apreço a VOSSA EXCELENCIA.

Saudações.

(a) Guido Arzua — Presidente”.

Agora, nobre Deputado, quando ocupei esta Tribuna, não poupei elogios à figura do professor Aristei Costa Pinto, que todos reconhecem...

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Li o discurso de V. Exa.

O sr. Ivo Tomazoni — ... nêle educador emérito, que deu ao Estado do Paraná, no setor da educação principalmente, grande parte de sua vida, ou quase toda sua vida, através das várias...

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Seria uma injustiça tão grande da parte de V. Exa., se não dissesse isso a respeito do professor Aristei Costa Pinto.

O sr. Ivo Tomazoni — ... funções que exerceu no setor educacional. Agora, quanto a se pretender impedir o titular, membro do Conselho, de reassumir sua função, cessado o período de licença...

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Ninguém tentou impedir, eu apenas, sr. Deputado, disse que o retôrno dessa professora ao seu lugar no Conselho, no instante em que ia ser votada a Resolução, de acôrdo com a vontade do Secretário, porque ninguém pode discutir, nem o Presidente do Conselho dizer, por mais bonito que escreva, que a vontade do Conselho não foi violentada, porque a vontade do Conselho está exarada na Resolução 022-71, mas a vontade do sr. Secretário de Educação e Cultura era outra. A coação ao Conselho se caracterizou inclusive, pelo retôrno da Professôra Ada Montrucchio Gineste, exatamente naquela ocasião em que se votava a Resolução da mais alta importância, e este Professor que V. Exa. elogiou, e que agora repica no elogio, também se sentiu coagido, a tal ponto, que renunciou. Por que este homem renunciou, se há tanto tempo ele estava como suplente do Conselho Estadual de Educação, se tinha participado de todas as reuniões do Conselho, se foi um dos Conselheiros mais atuantes do Conselho Estadual de Educação? Por que este homem renunciou? Exatamente porque se sentiu ofendido, porque se sentiu revoltado, porque se sentiu diminuído através da atitude do sr. Secretário de Educação e da sua auxiliar mais direta, Diretora do Departamento de Educação, que no momento de votar a matéria em que este Conselheiro tinha interesse, porque ele tinha decidido, com o seu voto; esta mulher retornou e assumiu o seu lugar no Conselho de Educação e daí, sr. Deputado, a carta que este Conselheiro escreveu ao sr. Governador do Estado e ao sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, carta que eu tive oportunidade de ler hoje pela manhã em Ponta Grossa, mas não vou fazer isso aqui porque este homem me pediu que não envolvesse esta carta no debate e na discussão.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. foi Secretário de Educação, foi também Diretor Superintendente da Fundepar, conhece mais do que ninguém, tem a obrigação de conhecer, não só a estrutura dos dois órgãos, mas também da competência de cada um na discussão de assunto de tamanha importância, e eu me permitiria perguntar a V. Exa. se estava ou não estava o sr. Secretário de Educação dentro das suas prerrogativas quando pretendeu reformular o Plano de Aplicação? Cabia-lhe ou não, nobre Deputado, e V. Exa. sabe que

cabia ao sr. Secretário a reformulação do Plano de Aplicação, porque a ele, Secretário, cabia o direito da homologação ou não da Resolução do Conselho, que foi revalidado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Infelizmente, também vou retornar, porque já tive também ocasião de ler o discurso, exarar meu pensamento com relação ao ato homologatório do sr. Secretário e a Resolução do Conselho. V. Exa. vai me permitir apenas responder. V. Exa. me fez uma indagação e eu respondo à sua indagação negativamente. Não cabe ao sr. Secretário a reformulação do Plano de Aplicação, porque esta é prerrogativa, o Plano de Aplicação de Recursos é prerrogativa dada por lei Federal e Lei estadual ao Conselho Estadual de Educação.

O sr. Ivo Tomazoni — Por favor, deixe eu completar a pergunta: e cabe ao Secretário de Educação e Cultura propor ao Conselho a reformulação?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Cabe propor, em certos casos, quando há excesso de arrecadação do Salário Educação, quota federal, ou quota estadual, quando o primeiro plano, por exemplo foi num total de seis bilhões de cruzeiros como é o caso deste, e no transcorrer do ano esta arrecadação foi para oito bilhões de cruzeiros. Então há excesso de dois bilhões, e estes dois bilhões precisam ser planejados na sua aplicação pelo Conselho. Então, o Secretário encaminha ao Conselho um pedido de reformulação do Plano, mas quem reformula o Plano, como quem formula o Plano é o Conselho Estadual de Educação, e a homologação do sr. Secretário de Educação e Cultura em Resolução do Conselho, sr. Deputado Ivo Tomazoni, não é o que dá ou que tira a validade da Resolução do Conselho. O sr. Secretário, V. Exa. verá que o sr. Secretário homologa a Resolução do Conselho, no Sistema Estadual de ensino, quando estas Resoluções têm vinculação direta com atividades da Secretaria; mas o fato do Secretário de Educação e Cultura não homologar a Resolução, não invalida a Resolução, apenas homologa e é publicado no Diário Oficial a homologação, para certeza do Ministério da Educação e Cultura de que a autoridade máxima no setor de Educação conhece o Plano estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação, mas isto tem uma grande diferença, o ato homologatório do sr. Secretário, do veto do sr. Governador do Estado, o da devolução, não existe no Conselho nas normas do Conselho, e esta figura foi usada pela primeira vez, daí a minha palavra a minha certeza de que houve coação, não evidentemente, coação física, mas coação moral de quem quer induzir alguém a cometer um ato jurídico ou não contra a sua vontade. Se a vontade do Conselho estava manifesta na Resolução 022-71, evidentemente esta Resolução, esta vontade que existe, não é a vontade da maioria dos Conselheiros, eles votaram de acordo com a sua vontade quando viram que o Professor Aristeu Costa Pinto havia perdido o seu lugar, portanto não adiantava mais aquilo que tinham votado na Resolução anterior, favorável ao Plano Inicial, porque não tinha mais condições, na presença do sr. Secretário de Educação e Cultura, de vencer a sua vontade.

O sr. Ivo Tomazoni — Sei que é difícil para quem está na Tribuna estar sujeitando-se a apartes, muitas vezes interpostivos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Absolutamente. Acho um direito, fico satisfeito de ser apartado por V. Exa. Sinto apenas não estar aqui quando V. Exa. fez o seu discurso me acusando.

O sr. Ivo Tomazoni — Não acusei V. Exa., eu disse desta Tribuna que pretendia defender o Secretário atacado, sem contudo ofender a dignidade de quem quer que seja e não ofendi.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Para mim, a palavra "mentiroso", ou que falta com a verdade, é uma ofensa. Talvez muitos não considerem, mas eu considero.

O sr. Ivo Tomazoni — É difícil este diálogo, e continuo afirmando que me reservo o direito de voltar à Tribuna, e veja bem, nobre Deputado, V. Exa. afirmou que o Secretário de Educação jamais pretendeu reformu-

lar o Plano. Vou trazer a V. Exa. várias atas de reunião do Conselho, onde foram discutidas Resoluções, nas quais se continha reformulação de Planos de Obras propostas.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Evidentemente. Eu acabo de dizer que em certos casos há reformulação do Plano, mas não neste caso em que o Conselho votou no mês anterior uma Resolução, dando um plano de obras. V. Exa., por favor, vai me permitir responder pelo menos isto.

O Conselho votou uma resolução, dali a 10 dias o sr. Secretário de Educação pede a reformulação daquele plano. Pede-se reformulação, sr. Deputado, quando o plano inicial foi, ou ultrapassado pela arrecadação, ou então quando a verba destinada para a construção de uma sala não é suficiente para construí-la. Nestes casos, pede-se a reformulação, mas não ao bel prazer do Secretário de Educação ou do Governo do Estado, ou por ingerência de outra ordem, porque é prerrogativa exclusiva que a Lei confere ao Conselho Estadual de Educação. Se me permite, eu gostaria de prosseguir em meu discurso, concedendo apartes sobre este tópico, para responder as acusações que recebi de V. Exa. da Tribuna.

O sr. Ivo Tomazoni — Por favor, quando V. Exa. diz que o acusei, por favor, leia as notas taquigráficas, pois não é verdade. Eu defendo quem por V. Exa. foi atacado de maneira injusta, com afirmativas indevidas. Eu continuo restando V. Exa., se V. Exa. quiser, nós vamos rodar esta fita magnética para que a Casa tome conhecimento.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu gostaria de ouvir a fita. É claro, fique certo V. Exa., eu não vou ao ponto de injuriar o sr. Secretário de Educação, achando que ele é tão pouco inteligente a ponto de uma reunião gravada no Conselho Estadual, de público, coagir através de palavras, os seus membros.

É claro, evidente, que o sr. Secretário de Educação, naquela reunião, não faria este tipo de coação ele deve ter sido até cortês porque o conheço, convivi com S. Exa., e tenho inclusive convivência de amizade com ele apesar de discordar da sua administração. Então é claro que o sr. Secretário de Educação não coagiu os Conselheiros na reunião gravada, mas o fato, sr. deputado Ivo Tomazoni, de o sr. Governador do Estado, ter convocado extraordinariamente este Conselho para reformular um plano votado e aprovado há 10 ou 20 dias no máximo atrás, só isto, significa uma coação moral, uma coação moral contra os Conselheiros que tinham votado livremente e tiveram de reformular. E a presença física da autoridade, do sr. Secretário de Educação; ele não esteve no debate do primeiro plano. E não esteve porque? Porque S. Exa. acreditava que o plano seria aprovado como ele queria. Quando ele percebeu que os Conselheiros o discutiram e o reformularam, na reunião seguinte ele foi. E a presença física do sr. Secretário, a presença física da autoridade.

O sr. Ivo Tomazoni — Presença legal ou ilegal?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Legal, é claro, como legal era a reunião anterior. O sr. Secretário de Educação pode ir a qualquer reunião, como V. Exa. pode ir, mas o fato é, que a finalidade específica da presença do Secretário, induziu os Conselheiros a votar em desacordo com a sua vontade, vontade expressa livremente na primeira Resolução.

O sr. Ivo Tomazoni — Por favor, tudo aquilo que foi feito, foi feito dentro da ordem administrativa; e atendidas as disposições de ordem legal. Não vejo porque isto tudo, atendido e respeitado, se considere medida intempestiva, como açoitamento; por favor nobre Deputado, V. Exa. ataca quando o Governo erra, ataca quando o Governo acerta. Eu não entendo mais V. Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu não ataquei, absolutamente. Qual o acerto do Governo que eu ataquei até hoje?

O sr. Ivo Tomazoni — O Governo está certo quando agiu desta maneira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Não tenho atacado o sr. Governador em nenhuma oportunidade. Ataco os atos.

O sr. Ivo Tomazoni — Não disse que V. Exa. atacou o Governador. Disse que V. Exa. atacou o Governo.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ... que considero errados no legítimo exercício do meu mandato.

E isto tem causado incompatibilidades, porque as palavras que eu aqui pronuncio, muitas vezes são levadas distorcidamente ao sr. Governador do Estado.

O sr. Ivo Tomazoni — Reclame-se à Taquigrafia. Porque as notas taquigráficas é que devem ser lidas pelos homens que fazem Governo. E a ninguém se proibiu esta norma desta Casa democrática, que é do povo.

Mas, nobre Deputado, não vamos mais discutir, V. Exa. tem um ponto de vista e nós temos o nosso, porque acreditamos...

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Que eu respeito; respeito o seu ponto de vista, como respeito o ponto de vista do Presidente do Conselho, como respeito o ponto de vista do Conselho e do Secretário de Educação. Mas tenho o direito de discordar.

O sr. Ivo Tomazoni — Exatamente, esse direito ninguém tira de V. Exa.. Só uma coisa eu acredito, na disposição desta equipe de Governo em aprimorar o Governo, resolvendo os problemas que afligem o nosso povo. V. Exa. duvida ainda, embora conheça há tanto tempo, do espírito público, da capacidade, e também do idealismo do professor Haroldo Carvalho. Nós estamos, portanto, em polos diferentes. Eu terei de voltar e terei de aduzir algumas informações mais, e volto a afirmar, não ataquei V. Exa.. Não me permito fazê-lo na ausência de V. Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Obrigado. Agradeço a V. Exa. Então as notas taquigráficas não redigiram corretamente.

O sr. Ivo Tomazoni — Não. V. Exa. leia as notas taquigráficas, por favor. O que eu disse aí, considerava e considero as afirmações de V. Exa., inverídicas. E se disse mentirosas, que é um termo um pouco pesado, eu arco com as responsabilidades, porque realmente as considero.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Prosseguindo o discurso que eu analiso, afirmou também desta Tribuna, que se estranhava o fato de se ter incluído no plano de obras, votado pelo Conselho Estadual de Educação, livremente, na primeira Resolução, a construção de uma obra no distrito de Antônio Paranhos, município de São Jorge do Oeste. Estranhei; é um direito de cada um. Entretanto, eu me sinto no dever de explicar a esta Casa, os motivos que levaram o Conselheiro Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, a propor a construção desta obra, e os motivos que levaram o Governo anterior a criar um ginásio estadual naquela localidade.

Ocorre, sr. Presidente, srs. Deputados, que o distrito de Antônio Paranhos, fica ao lado da construção da maior usina no Paraná, Salto Ozório. Conforme o deputado Ivo Tomazoni afirma, local para onde irão centenas de pessoas...

O sr. Ivo Tomazoni — Onde vão ser construídas inúmeras escolas, salas de aula, escola normal, ginásio, junto à Usina.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Exatamente. Então, por esta razão, agora é que V. Exa. diz que vai ser construído. Anteriormente, dizia que não deveria ser construído no Município de Antônio Paranhos.

O sr. Ivo Tomazoni — No Planejamento da Comissão Especial de Salto Ozório, consta a construção de grupos escolares, ginásio, Escola Técnica de Comércio, no local da obra da usina. Não no distrito de Antônio Paranhos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Que fica ao lado da usina.

O sr. Ivo Tomazoni — Que fica ao lado da Usina. Vou dar a distância em quilômetros, e V. Exa. sabe que além da distância, as péssimas condições de acesso do distrito de Antônio Paranhos, a sede de obras da usina de Salto Ozório, para onde estão programadas as obras de vulto no setor

educacional, para atender os filhos dos operários que ali vão se concentrar, não havendo necessidade de que os operários da usina mandem os filhos estudarem na sede do distrito de Antônio Paranhos, que fica a mais de 10 quilômetros do local da obra.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — E a cidade mais próxima, a quanto fica? A quantos quilômetros, senhor Deputado?

O sr. Ivo Tomazoni — A cidade, no meu entender, é aquela planejada, quilômetros do local da obra.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Na opinião de V. Exa. Mas não se pode esquecer que lá já existem crianças em idade escolar que estão andando esses 10 quilômetros que V. Exa. diz, para freqüentar a escola no Distrito de Antônio Paranhos.

Por esse motivo, sr. Deputado, é que foi criado o Ginásio Estadual do distrito de dr. Antônio Paranhos. E por essa razão, quem sabe até, sr. deputado Ivo Tomazoni, quem sabe até o Correlheiro monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, desconhecendo esse plano de construção de escolas técnicas, ou escolas de comércio, no local da obra, é que propõe a construção de um prédio de alvenaria no Distrito de Dr. Antônio Paranhos, para servir não só à população que reside no Distrito, mas também aos filhos dos trabalhadores, dos engenheiros e dos técnicos que já trabalham na obra de Salto Osório. Esta a razão pela qual este Correlheiro propôs esta obra.

Em segundo lugar, srs. Deputados, foi dito pelo deputado Ivo Tomazoni, desta Tribuna, que fôra pedida a criação de um ginásio estadual na sede do município de São Jorge do Oeste. E S. Exa. não entendia como a Secretaria então havia criado um Ginásio Estadual no distrito de Dr. Antônio Paranhos e deixado de criar um ginásio estadual na sede do Município. E deu a entender à Casa que, por razões políticas, não houve essa criação.

Permitam-me contestar essa afirmação dizendo o seguinte: primeiro, os dois ginásios que funcionavam, tanto o da sede quanto o do distrito de Dr. Antônio Paranhos, pertenciam à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade. E o do Distrito de Dr. Antônio Paranhos, por ser um Distrito menor, porque seria freqüentado por filhos de agricultores de poder aquisitivo baixo, porque seria freqüentado por filhos de operários de baixo poder aquisitivo, sem condições de manterem, comunitariamente, o ginásio que funciona no Distrito, por isso, foi dada preferência a que se estadualizasse esse ginásio. Principalmente porque o ginásio que funciona na sede, graças à atividade de seus companheiros políticos, de seu Prefeito, de seus Vereadores, tem recursos para se manter.

E a política adotada pelo Governo do Estado era de estadualizar-se as escolas onde a comunidade não tivesse condições de manter, com seus recursos, essas escolas.

Não é verdade, portanto, que não tenha sido criado o ginásio por razões políticas. Vou citar a V. Exa., entre outros ginásios, Escolas de Comércio, Escolas Normais que criamos, ou que foram criadas a nosso pedido, em Municípios onde não participamos de eleições, onde não tínhamos comandos políticos, onde tivemos pouquíssimos votos, como no Município de Dois Vizinhos, onde V. Exa., Deputado Ivo Tomazoni, teve 95 por cento das eleições e nós obtivemos apenas 300 votos. Lá foi estadualizada a Escola de Comércio, a Escola Normal. No Município de Enéas Marques também foi estadualizado o ginásio da sede, onde V. Exa. sempre ganhou as eleições, onde nós nunca tivemos condições nem sequer de disputar pleito eleitoral.

Portanto, não houve, sr. Deputado, discriminação política, no meu entender, com relação à criação dessa escola. Mas razões de ordem técnica levaram a Secretaria de Educação e Cultura a estadualizar o Ginásio de Dr. Antônio Paranhos, e não o da sede do Município.

O sr. Ivo Tomazoni — Palavras de V. Exa.: "Distrito de Dr. Antônio Paranhos, pequeno, muito menor que a sede do Município, e como tal mereceu que seu ginásio fôsse estadualizado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Porque funciona excelentemente bem o ginásio do CNC. Posso afirmar a V. Exa. que sempre funcionou bem.

O sr. Ivo Tomazoni — Alunos matriculados no Grupo Escolar da sede do Município de São Jorge do Oeste: 556; alunos matriculados no Grupo Escolar do Distrito de Dr. Antônio Paranhos: 230. Muito menos que a metade. O que explica a criação de Ginásio Estadual, senão para atender aqueles que o ensino médio credencia para o ginásio estadual.

Então V. Exa., por favor, não é válido o seu argumento, porque é o próprio Monsenhor Eduardo que, de capela, apregoa que o ginásio foi para o Distrito porque ali o deputado Cândido ganhou a eleição e o deputado Tomazoni perdeu. Onde o Deputado Tomazoni ganhou não tem ginásio.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. não ganhou em Dois Vizinhos?

O sr. Ivo Tomazoni — O argumento de V. Exa....

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. não ganhou em Eneás Marques? V. Exa. não elegeu o Prefeito de Santa Isabel? Então não é válida a sua argumentação.

O sr. Ivo Tomazoni — A argumentação não é minha, é de S. Exa., o Monsenhor Eduardo.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. usa a argumentação dos outros quando serve a V. Exa., ao seu raciocínio, mas quando não serve, não usa.

O sr. Ivo Tomazoni — É a argumentação de companheiros de V. Exa., que não entendo até hoje, e continuo não entendendo. Acho um absurdo que a sede não tenha ginásio estadual e que o Distrito tenha.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Já que V. Exa. não entende, me permita explicar.

Ginásio estadual é para atender às crianças de pouco poder aquisitivo. V. Exa. não pode dizer nesta Casa o absurdo de que as famílias que moram na sede de São Jorge têm menos poder aquisitivo do que aquelas que moram na roça, no distrito de Antônio Paranhos.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O sr. Ivo Tomazoni — É o mesmo elemento humano, que tem as mesmas terras, e São Jorge do Oeste não é um centro comercial, nem industrial, é um centro agrícola, e os que residem na cidade são lavradores.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mas, evidentemente, com comércio muito maior, com movimento maior, com casas de comércio em número abundante...

O sr. Ivo Tomazoni — Com terras mais exauridas do que o Distrito.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ...com todas as condições de funcionamento e a participação da comunidade na manutenção de um ginásio. Ao passo que no Distrito não haviam essas condições e, por isso foi criado, só por esta razão. E além disso, como último argumento, é preciso que eu diga a esta Casa que, no Distrito de Antônio de Paranhos houve estadualização do ginásio, porque a documentação entrou em tempo hábil...

O sr. Ivo Tomazoni — Nobre Deputado, fui eu que preparei o processo para a criação do Ginásio de São Jorge...

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ...enquanto que a documentação do Município de São Jorge não chegou às mãos do Secretário de Educação no prazo fixado pelo Conselho Estadual de Educação.

O sr. Ivo Tomazoni — Então V. Exa. me chama de mentiroso, porque fui eu que encaminhei, em tempo hábil, o processo organizado por nós, para a criação do ginásio. Que é isso, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE — Prazo esgotado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço minha inscrição para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 125-71, Mensagem n. 16-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários arrecadadores do D.R.I., da Secretaria da Fazenda. — **Aprovado.**

— **4a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 133-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 17-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e fóro na Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Com Emenda de 3a. Discussão.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovada a Emenda.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem da emancipação política do município de Irati. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social, I.N.P.S., no sentido de que se faça a instalação, na cidade de Pato Branco, da agência daquela entidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Presidente da República, no sentido de ser determinado o fiel cumprimento do Decreto Presidencial n. 68.471. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja oficiado o sr. Governador do Estado, no sentido de que estabeleça contatos com o sr. Presidente da Petrobrás, para que seja instalada, com urgência, uma refinaria de petróleo no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, lido da Tribuna, solicitando do sr. Governador do Estado, o envio com a maior brevidade, da regulamentação legislativa atinente à Lei complementar n. 8, que

institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, a este Legislativo. — Aprovado.

(Assume a Presidência o sr. deputado Wilson Fortes)

Concedo a palavra, para explicações pessoais, ao sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Hoje, ao lermos o jornal "Fôlha de S. Paulo", observamos que o sr. Governador do Estado de Santa Catarina, está na Guanabara a fim de poder avistar-se com o Exmo. sr. General Ernesto Geisel, Presidente da PETROBRAS, tentando reivindicar, acredito eu, para o seu Estado, a instalação de uma refinaria de petróleo, se a PETROBRAS permitir, a ser implantada na região sul do Brasil. Será, portanto, em nosso Estado ou no vizinho Estado de Santa Catarina...

O sr. Mauricio Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Eminente Deputado, diz V. Exa. que, na entrelinha da notícia, se deduziria que o Governador de Santa Catarina foi avistar-se com o sr. Presidente da PETROBRAS, para conseguir instalar no seu Estado uma refinaria que, realmente, poderá ser implantada na região sul do País, e que, provavelmente, será em nosso Estado ou no vizinho Estado de Santa Catarina. Na realidade, tem V. Exa. total razão, porque em nosso Estado nada se fez até agora neste sentido, inclusive não existe no Paraná um grupo de trabalho específico para trazer ao Paraná a referida refinaria, que tantos benefícios traria à economia paranaense.

E Santa Catarina, desde há muito, o Governador do Estado, o setor Legislativo, e enfim, as classes produtoras de Santa Catarina, tomam estas providências. E V. Exa. faz um alertamento ao sr. Governador do Estado, no sentido de que o Paraná possa pleitear este benefício também para o nosso Estado. V. Exa. faz também um apêlo ao sr. Presidente da PETROBRAS, para que seja implantada a refinaria no seu Município, no Município de Paranaguá. O que é muito justo. Mas o que é preciso é uma ação integrada do nosso Poder Executivo, no sentido de que, junto aos dirigentes da Petrobrás, se obtenha esta refinaria, que será de grande importância para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado pelo aparte colaborador, deputado Mauricio Fruet.

E, na realidade, tem razão V. Exa.; os catarinenses são ardilosos; e se nós não tomarmos cuidado, acredito eu que talvez eles tenham condições de nos passarem a perna. Mas, como eu fui o precursor nesta Casa da idéia de implantarmos, de advogarmos junto à Petrobrás, a instalação de uma refinaria de petróleo, hoje, alertado por esta nota que eu li na "Fôlha de São Paulo", é a razão pela qual tentei justificar o requerimento que foi aprovado por esta Casa, encaminhado ao sr. Governador do Estado.

E além disso, sr. Presidente, srs. Deputados, não se justifica que o Paraná, mais uma vez, seja preterido. Porque sabem os srs. que o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo absorvem mais de 50% do petróleo produzido no nosso país. E a minha preocupação não é só de que seja instalado em Paranaguá. Serve em qualquer lugar do Paraná. Evidentemente, eu preconizo para Paranaguá, porque o drama social que atravessa aquela cidade litorânea é dos mais graves, com relação à instalação de um "Pôrto seco", que os srs. Deputados não devem conhecer, mas que eu explicarei: "pôrto seco", é o que vêm fazendo os homens de empresa que operam em café e cereais, em Paranaguá. Como aqui em Curitiba, o trabalho para eles talvez seja mais econômico, eles preferem fazer com que suas mercadorias, que demandam de outros Estados e que deveriam ir a Paranaguá, para lá serem manuseadas, aqui em Curitiba, essas mercadorias são descarregadas e preparadas, e daqui encaminhadas ao costado do navio. E, em razão disto, milhares de operários ficam em Paranaguá, clamando por serviços que existiam e que hoje não os têm, numa flagrante injustiça que lhes é cometida. Porque, evidentemente,

existem razões de ordem econômica, e essas empresas preferem executar os serviços na Capital, e não consideram Paranaguá, que tanto lhes serviu e hoje pode ser preterida a função desses operários, desses trabalhadores, e cresce o problema social que já se verificava na cidade litorânea de Paranaguá.

Quando eu estive no Rio de Janeiro, há dois meses atrás, tentando avistar-me com o General Ernesto Geisel, eu tive a felicidade de encontrá-lo, no bairro de Copacabana, com o General Izaac Naon, que estava dentro de um automóvel. Eu pedi permissão para conversar com aquele ilustre militar, ele convidou-me para entrar no seu carro, e ali eu disse das razões da minha ida ao Rio de Janeiro, que eu tentava uma entrevista com o General Geisel, Presidente da Petrobrás; e pedi a ele que me facilitasse gestões no sentido de avistar-me com aquele ilustre militar.

Disse eu das razões que me levaram ao Rio de Janeiro, para conversar com o General Geisel. E o General Izaac Naon, que estava absolutamente por dentro do problema da implantação de uma refinaria de petróleo no Paraná, disse-me que o pensamento do General Geisel era de vir ao Paraná e conversar com o Governador Haroldo Leon Peres, trocando idéias com o Governador, a fim de saber o local ideal onde deveria ser implantada a refinaria.

Evidentemente, como eu disse e repito, para mim, o local ideal, seria em Paranaguá, para consertar, para reparar um problema social que eu reputo de grave importância.

Eu sei que a Petrobrás prefere, evidentemente, que essa refinaria seja implantada no Paraná. Mas, se nós não conseguirmos estabelecer contatos com S. Exa., o General Geisel, contatos esses que somente poderão ser promovidos através de nosso Governador, então, daí o meu alerta ao Sr. Governador do Estado, para que, sem perda de tempo, ele promova esse entendimento, para que o nosso Estado não sofra uma injustiça abominável.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Realmente, V. Exa. comparece à Tribuna, na tarde de hoje, de maneira providencial. Entendemos que o sr. Governador do Estado não pode desperdiçar essa preciosa oportunidade de trazer um reforço considerável para a economia paranaense.

Nesta Casa, debate-se constantemente os problemas econômicos de nosso Estado, representa algo substancial para o progresso econômico.

Desta forma, o sr. Governador do Estado não deve perder um minuto sequer dos entendimentos e das conversações para que não seja passado para trás, como tem sido em outros órgãos, para que o Paraná consiga, realmente, essa refinaria, que trará recursos extraordinários ao nosso Estado, e que o colocará numa posição de maior destaque na economia nacional.

Parabéns a V. Exa., que tem procurado colaborar com a administração pública, inclusive indo ao Rio de Janeiro tratar de assunto que visa o progresso de nosso Estado.

O sr. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de V. Exa.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, reforçando as palavras do nobre deputado Alvaro Dias, devo dizer que o Litoral Paranaense está muito bem representado nesta Casa, por V. Exa..

Gostariamos de salientar que seria oportuno que o sr. Governador Haroldo Leon Peres se integrasse nesse movimento pioneiro lançado por V. Exa., porque não é um movimento partidário, é um movimento que virá engrandecer, ainda mais, a economia do Estado do Paraná.

Lançamos aqui, o apelo para que o sr. Governador do Estado endosse a iniciativa de V. Exa., fazendo com que a PETROBRÁS instale essa tão importante obra no Litoral Paranaense.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço os apêrtes que recebi dos nobres deputados que representam a Capital do Café, Alvaro Dias e Antônio Belinati.

Mas, para que os srs. Deputados tenham uma impressão exata do que representa a implantação de uma refinaria no Paraná, devo dizer que, nada mais, nada menos, de sete mil e quinhentos operários serão utilizados na refinaria e, se contarmos as indústrias que serão instaladas para beneficiar os produtos de petróleo, diremos que cerca de oito mil operários terão condições de trabalho em nosso Estado, isto segurado um técnico da PETROBRAS.

Portanto, a implantação de uma refinaria é do mais alto interesse do Governo. E S. Exa., o sr. Governador do Estado tem condições sobejas para ir junto ao Governo Federal pleitear essa refinaria para o nosso Estado. O Paraná não pode prescindir de tão alto cometimento. A nossa preocupação está contida no nosso requerimento, saberá de imediato dirigir-se ao Rio de Janeiro, tentando uma entrevista com o General Gaisel, a fim de que o Paraná tenha, como acrédito que tem, direito a esse grande empreendimento.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. tem razão, isso é o que precisa ser feito. V. Exa. está alertando a Assembléia, e creio que nós devemos encampar esse movimento, e aqueles que estão ligados ao sr. Governador do Estado, deverão levar a S. Exa. os termos do seu pronunciamento, para que o Paraná não perca essa oportunidade de ter, em seu território, uma obra de importância econômica tão grande. Eu me congratulo com V. Exa., por ter olhado o problema do ângulo do Paraná, e não somente da região que representa. Portanto, meus cumprimentos e meu inteiro apoio a isso, que deverá ser um movimento encampado pela Assembléia Legislativa do Paraná, pelas duas Bancadas, pela Mesa Executiva, pelo Governador do Estado, pelas classes produtoras, enfim, por todos do Paraná.

O SR. NELSON BUFFARA — Realmente, tem razão V. Exa., e se eu enfatizei que essa responsabilidade deve caber, em maior parte, ao sr. Governador do Estado, foi porque acredito, creio firmemente nas palavras do General Isaac Nahon, de que o General Gaisel, queria entrevistar-se com o sr. Governador do Estado. Como até hoje não tomei conhecimento do contacto havido entre aquelas duas autoridades é que venho alertar o sr. Governador do Estado, de que ele ia ser procurado e não o foi; então, que S. Exa. mesmo procure o General Gaisel, porque nós somos mais interessados do que ele no assunto. Creio que, com a responsabilidade que existe dentro do sr. Governador, S. Exa. deve levar ao General Gaisel a nossa preocupação.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Em virtude da extraordinária importância dessa refinaria de Petróleo, que atingiria uma quantidade enorme de contingente humano, desprovida de capacidade em virtude da falta de mão de obra, que daria emprego a quase 8 mil pessoas, vale dizer, sustento para 8 mil famílias, em virtude da importância extraordinária para a pujança de nosso Estado e, tendo em vista o perigo que corremos, já que Santa Catarina, através do seu Governador, procura esse entendimento, no sentido de levar para seu Estado essa Refinaria, sugeria a V. Exa. para que fôsse motivo de estudo por parte de V. Exa., a possibilidade, da formação de uma Comissão desta Assembléia, a fim de entrar em entendimentos necessários, para que o Paraná não perca essa Refinaria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre deputado Nelson Buffara que tem apenas um minuto para terminar sua oração.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, e aproveito este minuto para receber essa sugestão magnífica do deputado Alvaro Dias, e fazer minhas suas palavras, para que se constitua uma Comissão, com o objetivo específico de estudar esse problema, para conseguir levar a bom termo a idéia há muito

defendida nesta Casa e, com o auxílio do Governador do Estado, trazermos para o Paraná essa refinaria.

Essa Comissão, a sua designação ficará a critério de V. Exa., sr. Presidente, para que estude a implantação de uma Refinaria no Estado do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para explicação pessoal, sr. deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos com atenção a brilhante explicação que fez o sr. deputado Nelson Buffara e queremos, nesta oportunidade, nos congratular com S. Exa. pela oportuna lembrança de trazer a esta Casa esse acontecimento que se refere à instalação de uma refinaria de petróleo em nosso Estado.

Mas tranquilize-se o nobre deputado Nelson Buffara, que se bem verdade isto ocorre, bem verdade também é que o nosso ilustre Governador Haroldo Leon Peres está atento ao problema, e para que S. Exa. tenha conhecimento de que realmente se está trabalhando neste sentido, vamos historiar que na última quinta-feira estivemos em audiência especial com o sr. Governador do Estado, o Deputado que vos fala e uma comissão de Cornélio Procópio, diretores integrantes da Cia. Iguaçu de Café Solúvel e, nesta oportunidade, trouxe esta Comissão de Cornélio Procópio, ao sr. Governador, a notícia de que sábado, dia 17, estaria em nossa cidade um elemento de alto gabarito da Petrobrás, o sr. Diretor Financeiro, Dr. Uegue, o qual já se propunha a fazer uma entrevista com o sr. Governador a fim de ser tratado este assunto; mas, de qualquer forma, a passagem nesta Tribuna do ilustre Deputado integrante da bancada do MDB, assim como dos apares valiosos dos outros srs. Deputados, tornou a matéria muito importante, e S. Exas. e o sr. Governador do Estado, unidos à Bancada do MDB, lutaremos para que possamos concretizar este grande ideal da construção de uma usina de refinaria de petróleo em nosso Estado.

Sr. Presidente, srs. Deputados, o sr. Governador, ao historiar este fato, havia dito que o seu trabalho estava já sendo feito, mesmo antes de sua posse, e os contatos mantidos quase davam a certeza de que realmente o Paraná seria privilegiado com a escolha de uma de suas cidades na região de Antonina para instalação desta refinaria de petróleo, e se o ilustre deputado Nelson Buffara estiver presente em Cornélio Procópio, no próximo dia 17, tenho o prazer de convidá-lo para participar deste encontro que será feito entre o sr. Governador do Estado e os elementos de industrialização de Cornélio Procópio e o Dr. Uegue, Diretor Financeiro da Petrobrás, para que todos nós juntos reivindicuemos com mais força e tranquilidade este benefício extraordinário que deverá ser a instalação de uma refinaria de petróleo no Estado do Paraná. Realmente, a "Fôlha de São Paulo", no dia de hoje, estampa uma simples nota, somente uma nota sem grande importância; é uma nota de redator que faz estes pingos de notas, dizendo que também o Governador de Santa Catarina reivindica para seu Estado a instalação de uma refinaria. Nada há de positivo e concreto que se instalará naquele Estado, e o Paraná goza deste privilégio extraordinário, principalmente quando trago, na tarde de hoje, que em Cornélio Procópio, sábado próximo, deverá reunir o Diretor Financeiro da Petrobrás para trazer entendimentos junto ao sr. Governador, para ver se conseguimos instalar dentro em breve esta refinaria de petróleo. É esta a explicação que queremos fazer, ao mesmo tempo que queremos nos congratular com o sr. deputado Nelson Buffara, por estar sempre defendendo esta tese, principalmente para sua região.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Já que V. Exa. teve a gentileza de me convidar para comparecer à reunião em Cornélio Procópio, e dignou-se ocupar a Tribuna para não somente nos cumprimentar, mas V. Exa., ao cumprimentar este Deputado, está

cumprimentando a Casa toda, porque esta tese que defendi é uma tese defendida por toda a Casa. V. Exa. estendeu a gentileza convidando-me para estar em Cornélio Procópio, no fim da semana próxima, para que eu pudesse assistir às conversações que deverão ser efetivadas entre o sr. Governador o sr. Diretor Financeiro da Petrobrás. Lamentavelmente, por motivos imperiosos, lá não poderei comparecer, mas estará V. Exa., e V. Exa. terá eu outorgo a V. Exa. tudo aquilo que poderemos fazer, para que V. Exa. possa advogar com todo o ardor, com todo o entusiasmo que bem caracteriza a sua personalidade, a fim de que nos possamos cumprimentar mutuamente. E tenho absoluta certeza que V. Exa., naquela reunião a se realizar em Cornélio Procópio, terá condições suficientes, para defender esta tese, que é nossa e do Estado do Paraná. Era o aparte.

O SR. ROSARIO PITELLI — Agradeço o aparte de V. Exa. E quero mais uma vez reafirmar que estarei lá, para defender intransigentemente, não só eu, mas todos os srs. Deputados que se fizerem presentes àquela cidade, a tese que levantamos da Tribuna. E para alegria de V. Exa., quero dizer que nossas conversas têm sempre girado em torno da sua cidade, Paranaguá. E quero dizer, sr. Presidente e srs. Deputados, que após estas conversações em Cornélio Procópio, voltaremos à Tribuna para dar os esclarecimentos aos srs. Deputados. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assuma a Presidência o sr. deputado Domício Scaramella)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, para explicação pessoal.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Eu não me deixo alongar neste debate que me trouxe à Tribuna no Grande Expediente. Mas deixo entretanto, neste dia, complementar o que eu queria fazer, que era traçar comentários sobre o discurso do sr. Deputado 1.º Secretário desta Casa.

Eu quero, ao iniciar estas explicações pessoais, me congratular com os deputados Nelson Buflara e Rosário Pitelli, pelo fato de ambos, MDB e ARENA, defenderem o mesmo ponto de vista com relação à conquista para este Estado, especificamente para o litoral, da refintaria de petróleo, e emprestar a ambos a minha solidariedade.

Continuando neste comentário, disse S. Exa., no discurso que tenho em mãos, que venho à Tribuna pretendendo fazer a defesa da honrabilidade do sr. Secretário de Educação. Um reparo rápido. Não ataquei a honrabilidade de ninguém, não ataquei a honrabilidade do sr. Secretário de Educação; critiquei, com direito legítimo, a sua atuação neste episódio, como tenho criticado em outros tantos.

Prosseguindo, afirmou este Deputado, textualmente, e eu reafirmo, quando exercia as funções de Presidente daquela comissão, chegou o atual Secretário a sofrer inúmeras pressões. E quantas vezes o Secretário de Educação prendia o plano de obras para mandá-lo ao Conselho Estadual de Educação, vinte dias antes do prazo fatal, para a sua aprovação, com a afirmação de que se não fosse provado dentro do prazo, o Estado perderia em dinheiro, a verba do Salário Educação que o Ministério vem de liberar, mediante apresentação do plano. A forma de ver as coisas, nobre Deputado, as coisas divergem; em cada cabeça uma sentença. Quando o sr. Secretário de Educação entendia como entende hoje, que sempre foi prerrogativa do Conselho Estadual de Educação, a montagem dos planos de aplicação de recursos. E não se diga que o Conselho não tem condições de fazer este plano, porque o levantamento estatístico referido aqui pelo deputado Ivo Tomazoni, é que dá o subsídio à FUNDEPAR para o seu planejamento educacional, que é tirado com cinco cópias, uma das quais, fica de posse e nas mãos do Conselho Estadual de Educação. Se porventura, quando ocupávamos aquele posto, tivemos algum tempo para encaminhar sugestões ao Conselho com relação ao plano, é porque entendíamos que a nossa interferência no

Conselho, seria violentar a sua prerrogativa legal, de orientar livre e independentemente o plano, de acordo com os planos que o próprio Conselho tinha aprovado. Dávamos um determinado prazo. Quando sentíamos, que o Conselho não manteria, encaminhávamos, a título de sugestão, ao Conselho uma "minuta" de um plano, que o Conselho modificava quantas vezes — enquanto eu fui Secretário, no Governo anterior — o Conselho mudou planos de construção de obras do "Salário Educação. Jamais nós poderíamos contrariar tal atitude, inclusive o atual Secretário, quando Presidente do Conselho, sugeria mudanças de construção em todo o Estado.

Portanto, eu desejava fazer este reparo, a par de um outro feito também, pelo Deputado que ocupou a Tribuna, e pelo sr. deputado Armando Queiroz, de que havia feito as afirmativas com relação ao Secretário de Educação, pretendendo manchetes nos jornais, à custa da dignidade de um Secretário de Estado.

Em primeiro lugar, não acredito que ofendo a dignidade de um Secretário de Estado. Porque quem está na chuva é para se molhar. O homem público, assim como gosta de receber elogios, também deve estar preparado para receber críticas. Acho que esta é a funcionalidade do Regime Democrático. E não pretendia, absolutamente, manchetes dos jornais. Talvez se pretendesse manchete dos jornais, abriria nesta Assembléia outro tema muito mais explosivo, muito mais delicado, envolvendo pessoas muito mais importantes dentro do Estado, dentro desta administração. Longe de mim pretender. Apenas recebi cobertura de um jornal que tem dado cobertura aos Deputados independentes dentro desta Casa, dentro do seu legítimo direito de dar cobertura quando entende conveniente.

Recebi com toda tranquilidade as críticas a mim dirigidas, inclusive dos jornais, do discurso do sr. deputado Ivo Tomazoni que foi publicado no jornal "Diário do Paraná". Não me sinto absolutamente melindrado. Publicaram os tópicos principais e mais ofensivos à minha pessoa, dentro daquele jornal. Respeito seu direito de publicação; respeito o direito do Deputado de dizer o que pretende; respeito o direito do sr. Secretário de agir como quer; mas reivindico o meu direito de criticar quando entender conveniente; e defender o direito da "outra imprensa", se é que pode ser assim chamada, quando destaca os nossos pronunciamentos ou os pronunciamentos de outros Deputados nesta Casa.

Apenas pedi a palavra, sr. Presidente, srs. Deputados, nesta explicação pessoal, para complementar o comentário que desejava fazer com relação a este discurso. Porque não desejo, sr. Presidente, srs. Deputados, passar por esta Casa e deixar nos Anais da Casa, interpretações equivocadas com relação ao nosso procedimento. Recebo as críticas, mas rebaterei sempre; aceito a luta no terreno em que ela é posta; fui criado assim; educado assim; a minha formação é essa. Se estou hoje na posição política em que me encontro, é exatamente porque penso assim. Acredito que o eleitorado que me trouxe a esta Casa, desejava este tipo de atuação.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nós estamos acompanhando a declaração feita por V. Exa., deputado Cândido Martins de Oliveira, com satisfação, porque é exatamente neste debate que surge a elucidação das questões.

Na ocasião em que o deputado Ivo Tomazoni ocupou a Tribuna, tivemos a oportunidade de apartar-lo, ponderando a S. Exa. a conveniência de ser dado ao conhecimento da Casa, o programa e o plano de obras do sr. Secretário de Educação, quando ele fez uso da palavra. S. Exa. afirmou na ocasião, que este plano de obras e este programa eram do conhecimento público, porque, inclusive, havia sido publicado.

Na verdade, eu não conheço. Certamente V. Exa. que foi Secretário de Educação, também há de conhecer esse programa. E gostaria de ouvir, já que não obtivemos aquela informação, qual a opinião de V. Exa. a res-

peito do programa do atual Secretário de Educação, no setor que lhe está afeto.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. deputado Nivaldo Krüger, a pergunta que V. Exa. me formula é deveras embaraçosa, porque se eu responder a V. Exa. afirmativamente, que conheço o plano, estaria faltando com a verdade. Se eu responder que não conheço o plano vão dizer que estou contra o sr. Secretário de Educação que estou fazendo críticas a S. Exa. Não é esse o sentido das minhas palavras; eu apenas quero levar ao conhecimento de V. Exa. que eu, tal como V. Exa., também não conheço o Plano Educacional do Governo do Estado.

Conheço aquilo que S. Exa. o sr. Haroldo Leon Peres tem dito nas televisões, tem dito pelos jornais, tem dito em outras circunstâncias, que pretende dar uma atenção especial ao setor de Educação; que pretende construir tantas salas de aula; que pretende reformular o sistema educacional do Estado.

Mas, não vimos, até agora, nada de positivo. E o que é estranhável, com relação a isso, nobre Deputado, é que o Governo Federal já encaminhou ao Congresso Nacional um Plano Educacional, reformulando a sistemática educacional do Estado. E eu tive oportunidade de apresentar um Projeto, nesta Casa, objetivando implantar, neste Estado, algumas medidas que se coadunam, que se coadunavam perfeitamente com as medidas propostas pelo Governo Federal.

Infelizmente, o mesmo Presidente do Conselho que enviou a esta Casa uma carta que critica a minha atuação naquela ocasião, quando foi empossado, no Palácio do Governo, como Presidente do Conselho Estadual de Educação, também teceu críticas ao meu Projeto, a tal ponto que enviei um expediente convidando-o para discuti-lo publicamente. Porque, se ele não conhece e critica, eu desejava que ele o criticasse conhecendo-o, porque o Projeto estava para debate.

Na verdade, estamos aguardando o Plano Educacional do sr. Secretário de Educação e Cultura.

O sr. Ivo Tomazoni — E certamente virá a esta Casa.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Espero e acredito que S. Exa., na forma como tem sido defendido dentro desta Casa, deverá encaminhar, para nosso conhecimento, para conhecimento de todos os srs. Deputados, da ARENA e do MDB, o Plano Educacional que, certamente, deverá ser bem feito, porque S. Exa. teve seis meses para elaborá-lo, e já tem cem dias no Governo do Estado, portanto, tem condições excelentes para montar um excelente Plano Educacional.

Sr. Presidente, srs. Deputados, agradeço a atenção, edindo escusas pelo fato de retê-lo até esta hora, neste Plenário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, para explicação pessoal.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Serei breve para não cansar os srs. Deputados. Apenas para me justificar, se é que cabe uma justificação.

Quando ocupei esta Tribuna, na última sexta-feira, fui, quero crer, objetivo, ao afirmar que as acusações feitas desta Tribuna, à pessoa do sr. Secretário de Educação e Cultura, quando da sua presença na sessão do Conselho Estadual de Educação, nos últimos dias, sr. Presidente, era inverídica, porquanto tinha o testemunho de S. Exa. o Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Guido Arzua, que através de uma carta dirigida a este Poder, punha as coisas nos seus devidos lugares, e enaltecia a atuação do sr. Secretário de Educação quanto à participação legal naquela reunião.

Disse mais, que a renúncia do suplente naquêlê Conselho Estadual de Educação, era decorrência do fato de haver a titular reassumido o cargo, cessado o período de licença em que ela se encontrava.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas, sr. Deputado, neste tópico que V. Exa. falou, de que a renúncia do professor Aristeu Costa Pinto havia se procedido em função da professora Ada, que era titular do lugar, ter reassumido. Entretanto, V. Exa. está fazendo uma confusão. O professor Aristeu renunciou à sua cadeira de suplente, em sinal de protesto pela forma que a professora titular reassumiu suas funções, exatamente para impedir a sua presença na reunião que iria debater o plano de aplicação dos recursos do Salário Educação. Portanto, aquêlê professor renunciou à sua cadeira de suplente. Se êle não tivesse ficado magoado, aborrecido, êle sairia e cederia o lugar à professora Ada, e continuaria como suplente. Mas renunciou à sua cadeira de suplente.

O SR. IVO TOMAZONI — A Constituição anterior à emenda n.º 3, facultava ao Deputado nesta Casa, — isso só como exemplo figurativo, — licença por determinado período, durante o qual se empossava seu suplente. Vencido o período, o Deputado reassumia e seria pretender dizer que, reassumindo, melindrava o Deputado suplente, e o melindre era tanto que o Deputado suplente renunciava à cadeira de suplente.

Não vejo onde quer se pretende responsabilizar o Secretário de Educação, por ter aquêlê membro que foi nomeado, aquêlê membro do Conselho retornado ao seu cargo, vencido o período de licença e êle, professor emérito, tenha considerado êsse fato como atentatório à sua dignidade, como se tivesse, com êsse ato, a D. Ada diminuído o professor que lá estava, na condição de suplente. O próprio deputado Cândido Martins de Oliveira, afirmou de sua Tribuna que, por tantos anos aquêlê professor exerceu no Conselho a condição de suplente. Por que, nobre Deputado, V. Exa., quando Secretário de Educação, não propôs o nome dêsse extraordinário professor para membro do Conselho Estadual de Educação?

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Posso responder a V. Exa?

O SR. IVO TOMAZONI — Pois não.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Em primeiro lugar a competência de nomeação de membro do Conselho, é do sr. Governador do Estado.

O SR. IVO TOMAZONI — Por indicação do Secretário.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Esse Conselheiro, professor Aristeu Costa Pinto, não sei se V. Exa. o conheceu, é um homem idoso, que deu a sua vida à educação e, como Conselheiro titular, êle teria de, mensalmente, vir a Curitiba para funcionar no Conselho, e foi convidado por mim para ser indicado ao Governador do Estado, como Conselheiro efetivo. Recusou, preferia ficar na qualidade de Suplente, e eventualmente assumir o seu lugar no Conselho, como de fato assumiu, e prestar seus serviços nessa qualidade.

O SR. IVO TOMAZONI — Portanto, não vejo, e não é possível que o sr. Deputado veja no fato de D. Ada ter assumido a função para a qual foi nomeada, ter impellido, coagido o Professor Aristeu Costa Pinto, a se demitir da condição de suplente do Conselho Estadual de Educação, mas o que é mais sério, o que para mim tem validade maior, é a afirmação contundente do Presidente do Conselho Estadual de Educação, que afirmou reconhecer no Secretário de Educação um homem de diálogo, um homem que entende o valor da divergência, e que foi à reunião do Conselho exatamente para isso para solicitar dos membros daquêlê Conselho que procurassem, através da divergência, a solução, e a Resolução proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes àquela reunião, isto é mais importante ainda. Será que a unanimidade dos membros do Conselho Estadual de Educação está errada, será que só o próprio Professor Aristeu Costa Pinto e que se sentiu ofendido, meu Deus? Eu quero crer que a intenção manifesta não só neste episódio, como em outros episódios vividos nesta Casa, de atritar o titular da Pasta da Educação com a classe das professoras, com o Conselho Estadual de Educação e com outros órgãos auxiliares daquela Secretaria, porque não é possível

que se seja leviano ao ponto de se fazer aqui afirmações sem que elas depois possam ser sustentadas por aqueles que participaram da reunião do Conselho. É isto que nós estranhamos. Porque não é um fato isolado. Parece-me que a campanha vem de tanto tempo, com os assuntos mais diferentes, ligados à educação, numa tentativa de demonstrar ao Paraná que este Secretário é despreparado.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. me permite? (Assentimento). São apenas dois reparos. Primeiro, não existe, V. Exa. pode entender assim, não existe nenhuma intenção deste Deputado que o aparteia, de incompatibilizar o sr. Secretário de Educação com o Magistério. Absolutamente. Todas as interferências que eu fiz desta Tribuna, com relação à atuação do sr. Secretário de Educação, foram interferências fudadas em motivos...

O SR. IVO TOMAZONI — Pelas informações de um Professor.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — ... motivos, sr. Deputado, todos eles, inclusive este com relação à mudança de procedimento dos membros do Conselho, que é estranhável, e que me levou à conclusão de que estes membros do Conselho foram coagidos moralmente e indiretamente, porque mudou, e daí a minha ilação, daí porque eu respeito os Conselheiros.

O SR. IVO TOMAZONI — Só o professor afirmou isto que V. Exa. tomou como válido. Vem à Tribuna e diz que os demais membros, por unanimidade, votaram uma resolução, estão a aplaudir o sr. Secretário de Educação. Eles, os 14, 15 membros não têm razão. Tem razão um só homem sobre 15.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite? Continuando, este fato do Professor Aristeu Costa Pinto ser impedido de participar da reunião do Conselho, impedido pela reascensão no seu lugar...

O SR. IVO TOMAZONI — Reascensão legal, do que a Lei preceitua.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Ninguém está dizendo que não é legal.

O SR. IVO TOMAZONI — Mas por que a critica?

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Porque este Conselheiro suplente tinha participado dos debates e da votação de um plano de obras. Certo? Nada mais normal, justo, já que não havia nenhuma prevenção de espírito, que se possibilitasse a este Conselheiro participar da segunda reunião, porque a titular assumiu exatamente no dia da reunião; sobretudo, srs. Deputados, quando se sabe que esta professora havia se licenciado para exercer a função de Diretora do Departamento.

O SR. IVO TOMAZONI — Para organizar o Departamento que ela assumiu, nobre deputado.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — E continua no Departamento de Educação; portanto, o motivo que a levou à licença não cessou; este conselheiro, sr. Deputado, tinha participado das outras reuniões, e foi impedido de participar desta; deve-se levar em consideração que o voto deste Conselheiro, na primeira reunião que exarou a resolução n. 02-71, foi o voto decisivo. Então, impedindo-se a participação dele, impediu-se a participação do plano que o Conselho Estadual de Educação já havia aprovado anteriormente. E diante disso, os demais Conselheiros — dedução minha, é lógico — sentiram-se tolhidos sem poder, evidentemente, vencer na votação, porque tinham vencido por um voto, exatamente o voto daquele que não estava participando da reunião.

O SR. IVO TOMAZONI — Não é verdade, em nenhuma Casa Legislativa, em nenhum Colegiado acontece isto. Quando alguém defende um ponto de vista, perdido um soldado, continua defendendo o mesmo ponto de vista. Mas eu quero corrigir V. Exa., porque só me restam alguns minutos. Veja V. Exa. o que o membro do Conselho Estadual pretendeu naquela Conselho, e lá ele representa a Educação no seu todo, o Estado do Paraná, no interesse do setor educacional. Ele estava defendendo, aí sim, uma causa própria, defendendo a sua cidade, a cidade de sua origem, porque não é verdade que no Governo passado se tenha construído em Umuarama sequer uma sala de aula no ensino primário. Eu repito V. Exa., foram construídas seis salas de aulas para

uma escola de grau secundário. Se o déficit de salas de aula em Umuarama estão na ordem de 120, se é verdade que há salas de aulas ociosas em alguns turnos em Ponta Grossa, não é mentira o que eu disse aqui. Veja, nobre Deputado, que ele, professor, estava a defender uma tese em causa própria como sabemos inclusive das vinculações políticas dele, e de outros. Eu poderia dizer alguma coisa a V. Exa., mas volto aqui para trazer alguns subsídios, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE — Quero lembrar ao nobre orador, que faltam dois minutos para o termino da sua oração.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu agradeço a V. Exa. e tão logo darei o aparte ao deputado Fuad Nacli, que está me solicitando.

O sr. Sebastião Rodrigues — Nobre Deputado, parece que a palavra em Explicação Pessoal, pode ser prorrogada.

O SR. PRESIDENTE — Exato, em Explicação Pessoal, o tempo poderá ser prorrogado.

O SR. IVO TOMAZONI — Então vou conceder o aparte ao sr. deputado Fuad Nacli.

O sr. Fuad Nacli — Nobre deputado Ivo Tomazoni, as minhas palavras são curtas. Nós acabamos de ouvir do deputado Cândido Martins de Oliveira, com referência a Salto Osório. Nós temos o Município, que ele disputou conosco, que chama-se Florestópolis; lá tem um Colégio, uma Escola Normal que funciona pela CBC; não tem recursos para se manter. Hoje, o Prefeito está na cidade de Curitiba. Não pode pagar os professores. Ele foi o mais votado em Florestópolis, e lá se apregoa até a data de hoje, por que nós até há poucos dias, não recebíamos o beneplácito do Governo do Estado. Não fomos à Secretaria até hoje, da Educação, falar com o sr. Secretário. Mas estivemos na Secretaria de Educação para ver o seu plano de obras. Estivemos vendo quais eram os nossos Municípios, onde nós mantemos o nosso eleitorado, como sejam: Bandeirantes, Centenário, Jaguapitã, para ver se estava incluído dentro do plano de obras do governo, algumas obras ou salas de aula nos nossos Municípios. E lá nós encontramos, dentro do plano de obras, diversos Municípios nossos, incluídos no plano; recursos da frente, não existem; seriam construídas de conformidade com os recursos do Governo do Estado. E com a necessidade que Conselho Estadual poderia reformular, de interesse para esses Municípios.

O que eu estranho, é que o deputado Cândido Manoel, como Secretário de Educação e Diretor da Fundapar, que eu sei, conhece muito bem; quem sou eu para apartear-lo neste setor. Mas, faço um desafio, que no meu Município estão apregoando até a data de hoje, que lá não foi oficializado, porque nós ficamos na oposição do Governo. Eu não acredito que de um homem da formação do Secretário, tenham condições para dizer isto. E elementos ligados a ele estão lá até hoje, dizendo isto. Disseram durante a campanha e continuam dizendo. Tivemos a oportunidade de dizer que eu considero mais uma briga de família — e aqui há pouco tempo eu ouvi o que Jacomel disse: "o deputado Cândido Manoel ainda está dormindo, sonhando que é Secretário da Educação".

Vai me perdoar a franqueza; eu venho dizer neste aparte que me concedeu, que há 15 membros no Conselho. Não vejo condições de um homem, de um Conselheiro, que substituiu Dona Ada, que era efetiva, criar um problema tão grande como este, para trazer todo dia à Assembléia. Porque se no meio de uma porção de ovelhas, se desliga uma, não é por isso que as outras vão se desligar.

Bem, mas eu pergunto a V. Exa.: aqueles que votaram a primeira vez, e votarem a segunda vez, eles mudaram do dia para a noite?

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Eu quero dizer a VV. Exas., que é anti-regimental o diálogo de dois Deputados.

O sr. Fuad Nacli — Mas, eu faço uma pergunta. Se a primeira vez eles

votaram de uma forma, a segunda votaram de outra forma? O que é que tem a ver o Secretário com isso?

Se eu amanhã me licenciar da Assembléia, o meu substituto vier para esta Casa, e eu quiser voltar à minha cadeira, eu tenho condições de voltar. Então as matérias decorrentes de votação naquele prazo não poderão mais ser discutidas. Eu acho uma barbaridade. Vai me perdoar aqui a franqueza. Quero convidar o meu amigo, deputado Cândido Martins de Oliveira para que nós, dentro do Município de Florestópolis, possamos criar pelo Estado a Escola Normal. Disse aqui que hoje ainda apregoa-se aquela divergência política. Mas queremos dar àquele pessoal, àquelas moças, a educação que é necessária, não só no Município de Florestópolis, mas em todos.

Quero agradecer o aparte, e quero dizer ainda que a Escola Normal de Florestópolis há mais de 5 meses que não paga o professorado, e ela funciona sem nenhum recurso, porque não tem; não recebe da Fundação e nem do Governo. E é, como Secretário de Estado que foi, que teve as condições na mão, e que poderia ter dado a Florestópolis uma Escola Normal, como deu a muitos Municípios, como éle disse aqui que havia necessidade, Municípios pobres, em que o meu amigo, que fez campanha no Município de Porecatu, deputado Antônio Belinati, e ganhou, sabe perfeitamente que é uma região que precisa de Escola Normal; que necessita de Escola Normal, e éle hoje está aqui na Assembléia, dizendo que procurou atender a todos os Municípios. Eu não nego. Está aí uma injustiça. Quer dizer, na sua época poderia ter perfeitamente dado. Foi um Deputado que saiu do sudoeste e foi às barrancas do Rio Paranapanema, buscar votos.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu agradeço a V. Exa., com o aparte que me ofereceu, me ajudou muito. Eu lhe fico grato, e concedo o aparte ao nobre deputado Sebastião Rodrigues, e peço que seja rápido.

O sr. Sebastião Rodrigues — Deputado Ivo Tomazoni, o assunto me interessa. V. Exa. é testemunha da atenção com que eu venho acompanhando tanto a fala do ilustre Deputado que agora ocupa a tribuna, como também toda a exposição que o deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira fez esta tarde. Entretanto, resumindo ao máximo a minha pergunta e a minha intervenção, pois não desejo que V. Exa. tenha seu tempo perdido, gostaria que V. Exa. informasse quanto tempo mediou entre uma sessão e a outra. Entre a sessão que aprovou, pela maioria de apenas um voto, e esta que negou a aprovação ao Projeto, e que houve essa reviravolta toda.

O SR. IVO TOMAZONI — Quero informar a V. Exa. que a reunião do Conselho, do dia 9, foi extraordinária, convocada pelo Governo do Estado. A sessão ordinária, essa foi realizada em cerca de 15 ou 20 dias, anteriormente ao dia 9. Posso declarar a V. Exa. o prazo com maior precisão.

O sr. Sebastião Rodrigues — Quinze dias entre uma e outra. Era o esclarecimento que deseja que V. Exa. me prestasse. Obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — Quero informar a V. Exa. que poderei trazer dados precisos sobre o tempo que mediou entre as duas sessões.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte, apenas para responder ao nobre deputado Fuad Nacli (Assentimento).

O nobre deputado Fuad Nacli ofereceu um aparte reforçando, no meu entender, a sua argumentação com relação à estadualização da Escola Normal de Florestópolis.

Desejo, em primeiro lugar, colocar-me à disposição de S. Exa. para, juntos, batalharmos pela estadualização daquela Escola Normal. Se S. Exa., nesta altura, entender que minha participação tenha alguma validade.

Em segundo lugar, sr. deputado Ivo Tomazoni, desejo explicar ao nobre deputado Fuad Nacli que nem todas as escolas que mereciam ser estadualizadas o foram. Este Governo, como o Governo passado, como o Governo de Ney Braga, não podem fazer, no setor da Educação, tudo o que era necessário, o que era até prementemente necessário. Este Governo também terá suas limitações financeiras. Por esse motivo, quem sabe, essa escola não tenha

sido estadualizada. Apenas também para lhe informar que, se correm nêsse Município boatos de que alguém tenha dito que S. Exa. o deputado Fua Nacli tinha sido o responsável pela não estadualização dessa Escola, eu me coloco à disposição de S. Exa. para ir, ao seu lado, ao município de Florestópolis, dizer que isso jamais partiu de minha pessoa. Pelo contrário, enquanto exercia a função de Secretário de Educação, sempre recebia o deputado Fuad Nacli, batalhando em benefício de seu Município, e tive oportunidade, inclusive, de atendê-lo em muitas reivindicações.

E no final do governo Paulo Pimentel, inclusive fui com S. Exa. à Secretaria de Educação, solicitar ao então Secretário, autorização para funcionamento de extensão de ginásios estaduais, de escolas de comércio, na sua região de influência eleitoral, sem nenhum interesse político de minha parte.

O SR. IVO TOMAZONI — Quero antes prestar meu testemunho, muito embora reconheça que o grande responsável pelo déficit orçamentário, no ano passado, tenha sido, exatamente, o pagamento das aulas suplementares no Ensino Médio, cuja previsão era de 30 bilhões a 35 bilhões de cruzeiros, e no final do exercício atingia a vultosa importância de cerca de 90 bilhões, decorrência da criação de muitos ginásios, escolas técnicas, escolas normais, etc.; eu voltarei a repisar uma tecla: muitas injustiças foram cometidas, como aquela cometida contra a sede do município de São Jorge do Oeste. Porque até a Associação de Prefeitos do Sudoeste do Paraná protestou contra o fato de ter sido preterida a sede do Município que, atendendo a oque dispõe a Resolução do Conselho Estadual de Educação, firmou o processo que já estava com parecer prévio favorável, para criação daquele Ginásio Estadual, na sede do município. E foi criado na sede do Distrito, apenas com a apresentação de um simples requerimento de um cidadão que não tinha sequer cargo eletivo no Município.

Então continuo dizendo que é uma injustiça, porque a sede do Município tem, quase seiscentos alunos matriculados no Grupo Escolar não ter Ginásio custeado pelo Governo do Estado, e coloca-se ginásio estadual num Distrito que tem duzentos e poucos alunos no Grupo Escolar. Não sou contra o Distrito de Dr. Antônio Paranhos; Deus queira que lá tivesse um ginásio estadual há 10 anos, atendendo àquele povo, mas também o povo da sede do Município, que não é industrial, porque é setor agrícola, povo sofrido, tem operários das poucas indústrias madeireiras que tem na sede, que ganham pouco, que não podem pagar a contribuição exigida pela CMC, que é deficitária, não só em São Jorge do Oeste, como em todas as partes. Não há como a comunidade sustentar ginásio, escola normal e escola técnica de comércio, porque é uma sociedade interiorana, descapitalizada hoje.

Nós, há poucos dias, ao apresentarmos um requerimento solicitando providências do Presidente do IBDF, de exclusão de uma taxa de desmatação para que o colono pudesse fazer o plantio do seu produto, nós focalizamos, dando o índice mais baixo possível do custo de um produto, por exemplo, o milho, num alqueire de terra lavrada e provamos, por "a mais b" que, vendendo ao maior preço do mercado, o colono ainda tem prejuízo.

O que se pretende, por favor nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, me entenda, o que se pretende dizer é que houveram injustiças. Não quero afirmar que as injustiças partiram de V. Exa., mas eu sei quanto nós políticos somos sensíveis aos pedidos, às lamentações, às reivindicações de nossos companheiros políticos de determinados Municípios. Como eu sou sensível, V. Exa. também é. Agora, V. Exa. não tem culpa se o próprio Padre do Distrito apregoa do púlpito de sua Igreja que o Distrito tem ginásio porque determinado Deputado ganhou as eleições e a sede do Município não tem, porque outro Deputado não ganhou. V. Exa. não tem culpa, mas também não tem culpa a opinião pública, que está a ouvir semanalmente essas observações. E é claro, é evidente, que nós nos tomemos de um pouco de revolta, quando sabemos que isso não é a verdade, porque não dispunhamos de trânsito livre, principalmente na Secretaria de Educação, no Governo passado, nos últimos anos, porque o Chefe de Gabinete era nosso litigante político, era qua-

se nosso inimigo pessoal, e nossos processos lá encaminhados eram engavetados, como possivelmente tenha sido engavetado o processo que visava a criação do Ginásio Estadual de São Jorge do Oeste, porque o cidadão Asterio Rigon procedia assim, e o Secretário não dialogava conosco, porque sempre que pretendíamos alguma coisa no setor da educação, nós éramos impedidos a falar com o Governador do Estado, em termos quase que de rompimento...

O SR. PRESIDENTE — Falta 1 minuto para V. Exa. concluir.

O SR. IVO TOMAZONI — ... e só nesses termos nós conseguimos que S. Exa., isso sim, decretasse a criação do ginásio de Dois Vizinhos, porque a criação desse ginásio não foi na proposta de V. Exa., e foi então colocado como 49.º na ordem de colocação, como último na proposta, espremido entre o 48.º e as considerações finais do Expediente.

Devo ter cópia disso, e uma Comissão de Dois Vizinhos que esteve comigo no Palácio Iguazu, naquela tarde em que o sr. Governador estava com o Expediente sobre a Mesa para autorizar a lavratura do Decreto, essa teve oportunidade de manusear o documento...

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

O deputado Fuad Nacli lembrou em boa hora que essa é uma briga de família, diria que seria briga de compadres; porém, nobre Deputado, devo aqui, abusando do tempo de que V. Exa. dispõe, dizer que não temos nada com essa briga; porém, queremos daqui criticar o Conselho Estadual de Educação, cujos componentes se reuniram e aprovaram um plano de Educação e de repente...

O SR. IVO TOMAZONI — Porque acharam que a reformulação era melhor.

O sr. Antônio Belinati — ... de repente, por convocação do sr. Governador, aqueles mesmos homens voltaram a se reunir e modificaram tudo. Então seria o caso desta Casa de Leis, com 47 homens aqui representando o Paraná, amanhã aprovasse ou rejeitasse Projetos de Leis e, para satisfazer os desejos pessoais do sr. Governador do Estado, esta mesma Casa voltasse a se reunir para modificar tudo aquilo que foi decidido.

O SR. IVO TOMAZONI — Desde que melhorando, nobre Deputado. Eu vou sair da Tribuna porque esgotou meu tempo, mas quero dizer antes, não é verdade que o Governo do Estado não tenha publicado o plano de obras no setor educacional. Eu tenho o Expediente dos Prefeitos que leram os jornais em que se publicou a relação das obras e o número das salas, estranhando que determinados Municípios não tenham sido contemplados com uma obra.

Razão pela qual eu estranho, honestamente, que se queira, nesta Casa, dizer que não se conhece o planejamento do Governo no setor de construção de salas de aulas. Por favor, que não se cometa esta injustiça. Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência designa uma Comissão composta dos srs. deputados Rosário Pitelli, Pinto das Hélio Manfrinato e Antônio Maciel, para representar esta Casa em Cornélio Procopio no dia 17, na inauguração da Cia. Iguazu de Café Solúvel.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 125/71;

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Pinto Dias apresentou redação final do seguinte projeto: **PROJETO DE LEI N.º 126/71** — Mensagem Governamental n.º 18/71, encaminhando ante-projeto de lei solicitando autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), para fins que especifica. **APROVADA.** Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
- a) Hélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 126/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras públicas de infra-estrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamento anuais ou plurianuais.

Parágrafo único. A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com um ou vários mutuantes e em qualquer data, até que seja atingido o montante previsto.

Art. 2.º O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões, referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão as normas pertinentes ditadas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art. 3.º Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, fica o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S/A., e ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., autorizado a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.º, negociáveis, transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S/A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., respeitados quanto a estas as limitações legalmente impostas referentes ao capital, juros e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros.

Art. 4.º Para efeito de amortização e resgates do principal, juros, taxas adicionais e comissões, constarão dos orçamentos dos exercícios futuros as dotações necessárias, de conformidade com as condições de prazo e valores constantes dos empréstimos ou financiamentos a serem contraídos devendo tais valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advierem.

Art. 5.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, nas dotações e consignações respectivas, créditos suplementares até o valor de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), servindo

como recursos para sua abertura e produto dos empréstimos ou financiamentos de que trata a presente Lei.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-07-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a Presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Como não constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Pinto Dias apresentou Redação Final ao seguinte projeto: **PROJETO DE LEI N.º 96/71** — autor Poder Executivo — Mensagem Governamental n.º 12/71, encaminhando anteprojeto de lei que institui o "Programa de Integração Fazendária — Profaz", a ser estabelecido mediante convênios entre o Estado e seus Municípios, e dá outras providências. **APROVADA.** Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente

Lélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 96/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Fica criado o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", administrado pela Secretaria da Fazenda, com o objetivo de promover a integração dos sistemas fisco-arrecadadores do Estado do Paraná e de seus Municípios.

Parágrafo Único — Participarão do "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ" todos os municípios que venham a celebrar Convênio específico de interesse mútuo para a execução de projetos de melhoria da arrecadação, através de medidas de controle e esclarecimento de contribuintes, aperfeiçoamento de pessoal em técnicas fazendárias e troca de informações fiscais.

Art. 2.º — O "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", será provido por parcela equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo positivo entre a previsão e a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias relativa aos recolhimentos efetuados através de Guias de Comércio e Indústria.

Parágrafo Único — Para efeito de cálculo do percentual de que trata este artigo, somente serão computados os valores previsto e arrecadado, mensalmente, referentes a participação Estadual no referido tributo.

Art. 3.º — A Secretaria da Fazenda incumbirá a elaboração das previsões da arrecadação mensal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, relativas à participação de que trata o artigo anterior, referentes a cada Município participante do "PROFAZ".

Parágrafo Único — A Secretaria da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial do Estado, até 5 (cinco) dias antes do início do mês a que se referem as previsões, a relação de todos os Municípios do Estado, com seus respectivos valores previstos.

Art. 4.º — A participação de cada Município será obtida através da apli-

cação direta do percentual de 20% (vinte por cento) sobre o saldo positivo verificado entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado no mês base, dentro do seu território.

Parágrafo Único — Até 20 (vinte) dias após o término do mês base, a Secretaria da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação contendo a arrecadação em todos os Municípios, bem como a participação de cada um no montante dos recursos obtidos pelo "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ" no mesmo mês.

Art. 5.º — A distribuição dos recursos suplementares de que trata o artigo 4.º, em favor dos Municípios participantes, far-se-á em consonância com os respectivos planos de aplicação aprovados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual e mediante crédito em conta específica a ser mantido na agência do Banco do Estado do Paraná S.A., localizado na praça em que se processem os depósitos da arrecadação verificada no Município, por parte da respectiva Agência de Rendas.

Art. 6.º — O Poder Executivo regulamentará, através de Decreto, em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data desta lei, a forma de cálculo das previsões de que trata o artigo 3.º, bem como dos critérios a serem estabelecidos para a aplicação e prestação de contas dos recursos do "PROFAZ".

Art. 7.º — Os encargos decorrentes da execução do "Programa de Integração Fazendária", de que trata o artigo 1.º e seu Parágrafo Único, correrão através do Programa "Encargos Gerais do Estado", dotação 71—0.9—90—10—0, Designação 3.1.4.0 — Encargos Diversos.

Art. 8.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizada, nos termos do inciso II do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
- a) Finto Dias — Relator
- a) Wilson Brandão

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de julho, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, após a sessão plenária, e com a presença dos senhores Deputados: Antonio Lopes Júnior, Arizone Mendes de Araújo, Alvaro Dias e Acyr José. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: **PROJETO DE LEI N. 89/71** — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que acresce ao artigo 131, da Lei n.º 5.871 de seis de novembro de hum mil novecentos e sessenta e oito, o parágrafo que especifica. Relator: deputado Arizone Mendes de Araújo. Parecer: Favorável com substitutivo geral. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente
- a) Maria Aparecida Amaral — Secretária